

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
- PLAGEDER**

NEOCADIO DI DOMENICO

**LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE CONSTANTINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTUDO DE
CASO DA AGROINDÚSTRIA LAZZARETTI PICOLOTTO.**

CONSTANTINA/RS

2011

NEOCADIO DI DOMENICO

**LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE CONSTANTINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTUDO DE
CASO DA AGROINDÚSTRIA LAZZARETTI PICOLOTTO.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Glauco Schultz
Coorientador: Elvis Albert Robe Wandscheer

CONSTANTINA/RS

2011

NEOCADIO DI DOMENICO

**LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE CONSTANTINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTUDO DE
CASO DA AGROINDÚSTRIA LAZZARETTI PICOLOTTO.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: _____, _____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. Glauco Schultz
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil
UFRGS

Prof. Dr. Elvis Albert Robe Wandscheer
UFRGS

Dedico este trabalho à minha esposa Cleomara e ao meu filho Guilherme, principais fontes de motivação e apoio para a conclusão deste curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio de minha família e colegas que sempre estiveram incentivando na continuidade deste curso, obrigado pela coragem que nos deram. Quero ressaltar meu agradecimento ao professor e orientador Glauco Schultz pela atenção e compreensão na construção deste trabalho, ao professor tutor Elvis e também a todos os professores deste curso que nos incentivaram e nos passaram exemplos de ética e conhecimentos acadêmicos de alto nível. Agradeço a todos os integrantes da associação e agroindústria Lazzaretti/Picolotto, que nos acolheram nestes meses de entrevista e trabalho, pois nesta associação adquirimos conhecimentos de como se desenvolvem as atividades para o beneficiamento do açúcar mascavo e cachaça artesanal, mas sobretudo como se faz um trabalho de parceria. Agradeço às instituições locais, Prefeitura Municipal e Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda. (COOPERAC) pelas informações adquiridas. Por fim, estamos lisonjeados por todos que se prestaram em colaborar com este importante trabalho, que será o início de nosso reconhecimento como futuros tecnólogos na formação de um desenvolvimento rural mais digno para nossos agricultores, e também para a divulgação das agroindústrias familiares no município de Constantina/RS.

RESUMO

Estudos sobre agroindústrias familiares mostram que estas podem ser uma estratégia econômica e social para a agricultura familiar. Neste sentido, pesquisou-se a experiência da agroindústria familiar Lazzaretti/Picolotto situada no município de Constantina/RS. Partindo das contribuições teóricas dos autores referenciados nesta obra, realizou-se a constituição da parte teórica, estes dando-nos conceitos, definições, características e a trajetória da agricultura familiar, das agroindústrias familiares e do ambiente institucional e organizacional sobre o desempenho da agroindústria em estudo. Através do método de pesquisa realizou-se um estudo teórico qualitativo, seguidamente de um estudo de caso, assim, compreendendo a realidade dos atores sociais envolvidos. Quanto aos resultados, diagnosticou-se que a agroindústria familiar estudada, encontra-se em pleno desenvolvimento dependendo de fatores externos dentre eles, institucionais e organizacionais tais como, leis, regras, normas e fiscalização e no organizacional, viabilidades de estratégias que facilitem os processos de integridade para o seu funcionamento. Apesar destas constatações de limitações e potencialidades no que diz respeito à agroindústria Lazzaretti/Picolotto, pode-se afirmar que a mesma é uma alternativa de sustentabilidade para a agricultura familiar, pois apresenta viabilidade econômica, valoriza o grupo socialmente e assegura a permanência dos agricultores no campo. A análise dos resultados permitiu verificar que as limitações existentes na agroindústria são de infraestruturas, matéria-prima, mão-de-obra e legislação. Enquanto como potencialidade a agroindústria apresenta trabalho coletivo, o “saber fazer”, a marca e o Sistema de Inspeção Municipal.

Palavras chave: Agroindústria Familiar, Agricultura Familiar, Agroindústria Lazzaretti/Picolotto, Ambiente Institucional e Organizacional.

ABSTRACT

Studies show that these small family can be an economic strategy for social and family farming. In this sense, looked at the experience of agribusiness family Lazzaretti/Picolotto located in the city of Constantina/RS. Building on the theoretical contributions of the authors cited in this work was held up to the theoretical part, giving us these concepts, definitions, characteristics and history of family farming, the small family and the institutional and organizational environment on the performance of agro-industry study . Using the method of research carried out a qualitative theoretical study, then a case study, thus, understanding the reality of social actors involved. In the results, it was diagnosed that agribusiness family studied, is in full swing depending on external factors among them, such as institutional and organizational, laws, rules, regulations and supervision and organizational feasibility of strategies that facilitate the processes integrity for its operation. Despite these findings and potential limitations with regard to agro Lazzaretti/Picolotto can affirm that it is an alternative for sustainable family farming, as it has economically viable, socially valued the group and ensure that farmers remain in field. The results showed that the existing limitations are in the agribusiness infrastructure, raw material, manpower and legislation. While the agricultural industry has potential as a collective work, the know-how, brand, and Municipal Inspection System.

Keywords: Agribusiness Family, Family Farming, Agribusiness Lazzaretti/Picolotto Institutional and Organizational Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura - 1 Mapa da localização do município de Constantina e municípios limítrofes..... 20

Figura - 2 Colheita coletiva de milho para semente na associação de cooperação agrícola Lazzaretti/Picolotto em Constantina/RS.....44

Figura – 3 Infraestruturas da agroindústria Lazzaretti/Picolotto.....49

Figura – 4 Infraestruturas da agroindústria Lazzaretti/Picolotto.....50

Figura – 5 Cachaça e licores da agroindústria em ponto de comercialização.....58

Figura – 6 Açúcar mascavo e melado da agroindústria em ponto de comercialização..... 58

Figura – 7 Quiosque da Agricultura Familiar..... 69

LISTA DE QUADROS

Quadro - 1 Situação atual de agroindústrias associadas à COOPERAC.....	68
--	----

APÊNCIDES

Apêndice - 1 Roteiro de entrevista com agricultores da agroindústria Lazzaretti/Picolotto no município de Constantina/RS.....	83
Apêndice - 2 Roteiro de entrevista com prefeitura municipal do município de Constantina/RS.....	88
Apêndice - 3 Roteiro de entrevista com cooperativa das agroindústrias do município de Constantina/RS. (COOPERAC).....	90
Apêndice – 4 Mapa do município de Constantina identificando as comunidades e a característica dos solos.....	92

ANEXOS

Anexo – 1 Logomarca da cooperativa das agroindústrias do município de Constantina/RS.....	94
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

AFRs: Agroindústrias Familiares Rurais

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APACO: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

APAE: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

BNAF: Banco Nacional da Agricultura Familiar

CAPA: Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor

CESNORS: Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul

CETAP: Centro de Tecnologias Alternativas Populares

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COOPAC: Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda

COOPERAC: Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda

COOPERHAF: Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar

COREDES: Conselhos Regionais de Desenvolvimento

CRESOL: Cooperativa de Crédito com Interação Solidária

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul

FEAPER: Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais

FEPAM: Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FETRAF-SUL/CUT: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul/Central Única dos Trabalhadores

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

MAA: Ministério da Agricultura e Abastecimento

MAPA: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento,

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONGs: Organizações Não Governamentais

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PAF: Programa de Agroindústria Familiar

PIB: Produto Interno Bruto

PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAG: Sistema Agroindustrial

SIM: Sistema de inspeção municipal

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUASA: Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

UAB: Universidade Aberta do Brasil

UCAF: União Central das Agroindústrias Familiares - do Oeste Catarinense

UERGS: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFSM: Universidade Federal de Santa Maria

URI: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões

VITA COLÔNIA: Marca dos Produtos das Agroindústrias Familiares de Constantina/RS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	19
1.4.1 Localização geográfica de Constantina/RS	19
1.4.2 Dados geográficos gerais de Constantina/RS	21
1.4.3 Dados Socioeconômicos de Constantina/RS	21
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	23
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	23
2.2 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ATIVIDADE GERADORA DE RENDA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	28
2.2.1 A Agroindústria Familiar	31
2.3 AMBIENTE INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL	32
3 MÉTODO DE PESQUISA.....	37
3.1 Tipo de pesquisa	37
3.2 Unidade de análise ou amostra	39
3.3 Coleta de dados.....	40
3.4 Levantamento de dados junto à cooperativa das agroindústrias do município de Constantina e região e secretaria de agricultura municipal	40
3.5 Tratamentos dos dados	41
3.6 Limitações da pesquisa.....	42
4 HISTÓRICO DA AGROINDÚSTRIA LAZZARETTI/PICOLOTTO	43
5 RESULTADOS E ANÁLISES	47
5.1 Caracterização do Sistema de Produção e de Comercialização da Agroindústria Lazzaretti/Picolotto.....	48
5.2 Descrição dos Ambientes Institucionais e Organizacionais, Relacionando às Agroindústrias Familiares, no Município de Constantina	62
5.3 Identificação das Influências dos Ambientes Institucional e Organizacional Sobre o Desempenho da Agroindústria Lazzaretti/Picolotto	66
6 CONCLUSÃO.....	73
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
8 APÊNDICE.....	82
9 ANEXOS	93

1 INTRODUÇÃO

A agroindústria familiar é uma estratégia que garante autonomia ao pequeno produtor rural e é capaz de proporcionar desenvolvimento rural. É com essa expressão, que se observam questionamentos no universo das áreas políticas e acadêmicas, no entanto, pretende-se estudar e analisar como é de fato a realidade de produção de matéria-prima e a transformação de derivados em uma unidade agroindustrial familiar.

O assunto central deste trabalho é voltado em fazer uma análise sobre as limitações e potencialidades da agroindústria Lazzaretti/Picolotto, visualizada como forma de organização empreendida na agricultura familiar no município de Constantina/RS, sendo que, nos últimos anos percebe-se a presença marcante de atividades, principalmente no que se referem ao processamento de produtos por agroindústrias familiares, as quais complementam as necessidades de sustento das famílias envolvidas.

Para isso, analisaremos a atuação da agroindústria em estudo e posteriormente os benefícios que a cooperativa das agroindústrias do município oferece ao desenvolvimento da mesma. Desta forma, buscar-se-á apresentar o método de trabalho e a realidade social da agroindústria, bem como as influências existentes com o ambiente institucional e organizacional onde essa está inserida.

Este estudo foca a agroindústria familiar como meio de produção alternativo para a subsistência dos pequenos agricultores da região, sendo que estes possuem pequenas áreas de terra¹, assim mostrando que não foi compatível viver na propriedade somente com uma atividade específica (monocultura).

Observa-se que muitos agricultores na década de 80 e 90 desestruturados tecnicamente e financeiramente tiveram como solução a essa desestruturação, abandonar o campo, pois estes não conseguiam acompanhar as transformações decorrentes das técnicas de produção oferecidas pela modernização da agricultura. Os agricultores encontrando-se descapitalizados e sem alternativas, perderam sua autonomia de produção por atividades de alta incidência de produtos exógenos, perdendo desta forma sua tradição na produção de seus alimentos.

Essa forma de trabalho entre agricultores familiares levou muitos produtores a projetarem tais métodos de processamento de produtos através da agroindustrialização da

¹ Nas regiões de colonização mais antiga, dos imigrantes europeus como é o caso da Serra Gaúcha, os lotes adquiridos pelos colonos variavam, dependendo da época e da qualidade das terras, entre 25 e 50 hectares. Já nas regiões de colonização mais recente, como no Alto Uruguai e nas Missões, os lotes, em sua maioria, não ultrapassavam os 25 hectares, sendo comum a aquisição de meia-colônia, entorno de 12 hectares. (ROCHE, 1969 *apud* CONTERATO).

matéria-prima procedente de suas propriedades, onde a partir desta forma, passaram a garantir sua segurança na questão financeira e posteriormente mantiveram sua auto-estima para permanecerem fixados no meio rural. Neste sentido, a agricultura familiar dentro de suas especificidades de trabalho, há muitos anos processa a matéria-prima em derivados dentro de suas propriedades, configurando uma estratégia de produção e reprodução para esses agricultores.

Assim como lembra os autores Pelegrini e Gazolla (2008, p. 61), “a agroindustrialização dos produtos agropecuários adquiriu um papel fundamental, pois estes produtos eram produzidos para o consumo familiar e o excedente era comercializado”. Percebe-se, uma integração muito forte em relação a esse processo de transformação e comercialização de produtos agroindustrializados no local. O processo de agroindustrialização e criação de agroindústrias familiares no município de Constantina/RS começou no final da década de 1990, sendo uma forma de ocupação e renda para os agricultores envolvidos.

As principais transformações encontradas no que diz respeito à ajuda no fortalecimento e construção de agroindústrias familiares, deram-se com o apoio de instituições locais e de políticas públicas específicas para as agroindústrias familiares, onde essas se sensibilizando com as dificuldades encontradas por esse grupo de agricultores, passaram assim, a promover palestras de capacitação e visitas juntamente com experiências vindas de outras agroindústrias fora do Estado.

Neste contexto de identificação no processamento de produtos dentro da agricultura familiar por agroindústrias familiares no município de Constantina/RS, o trabalho terá como princípio, no primeiro capítulo, fazer uma caracterização do município. Em segundo momento se contemplará o processo da construção da pesquisa, que será procedido por um procedimento de estudo de caso. Em um terceiro ponto apresentar-se-á o referencial teórico, onde este abordará conceitos e definições referentes ao que se entende por agricultura familiar, agroindústria familiar e em último momento, trazer elementos que conceituem e expliquem a função do ambiente institucional e organizacional sobre a agroindústria familiar. Estudando desta forma o processo de consolidação das agroindústrias familiares entorno de seu universo, sendo uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar, apoiada pelos ambientes que se identificam e moldam a organização deste setor.

Como proposta no trabalho, também será feita a identificação da história da agroindústria Lazzaretti/Picolotto, suas características de produção, comercialização e organização. Enfim, especificar-se-á a descrição e consolidação dos ambientes institucionais e organizacionais relacionando com as agroindústrias do município, assim, também

identificando as influências destes sobre a agroindústria em estudo, e por fim, as considerações finais terão como objetivo diagnosticar o problema central do trabalho, identificando quais as limitações e potencialidades que foram encontradas durante o processo de análise e construção da pesquisa referente à agroindústria em estudo.

1.3 JUSTIFICATIVA.

Diante do atual sistema de produção agropecuário de nosso país, praticamente voltado à produção intensiva de monoculturas e criação de animais em confinamento, percebe-se significativamente a cada ano que se passa o controle destas *commodities* pelos grandes complexos agroindustriais. Por outro lado, nota-se o surgimento de alternativas ou formas de produção que não aderem a este sistema vinculado ao agronegócio.

Através do reconhecimento de mudanças e hábitos de produção identificado em pequenas propriedades rurais de nosso país, pretende-se mostrar que a agricultura familiar como um todo, dentro de suas práticas de produção, o “saber fazer” e a vivência comunitária, podem transformar a realidade das mesmas. Conforme Lamarche (1993, p. 14) *apud* Wanderley (1996, p. 3): “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”. Essa, porém sem depender de produtos e técnicas específicas que os grandes complexos e corporações agroindustriais oferecem. Para Wanderley (1996, p. 2), a agricultura familiar é “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

Dentro destas mudanças na forma de produção no que diz respeito à diversificação pela agricultura familiar, principalmente no município de Constantina/RS, abordar-se-á o porquê de se fazer um estudo sobre a análise das limitações e potencialidades da agroindústria Lazzaretti/Picolotto. Observa-se que todos trabalham de forma coletiva para a construção de um empreendimento familiar e na promoção do desenvolvimento rural mais voltado ao sustentável, que agrega melhores condições de vida, promovendo a produção de alimentos limpos e assegurando a permanência do agricultor no campo, mesmo que enfrentem dificuldades com fatores internos e externos.

No entanto, com a identificação da agroindústria familiar, constata-se a necessidade de abordar o que realmente esta representa para as famílias envolvidas e para a agricultura, já que nos dias atuais repercute em todas as comunidades rurais e é representada por muitas políticas e organizações que defendem essa incorporação de valor ao produto agrícola pelo agricultor familiar.

Com isso, Constantina situada no norte do Rio Grande do Sul é referenciada como idealizadora na projeção de agroindústrias familiares. Está situada nestas ações a importância e a necessidade de buscar um estudo para o reconhecimento destas agroindústrias, no caso apresentado a agroindústria Lazzaretti/Picolotto.

1.4 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

Neste trabalho pesquisa-se à agroindústria Lazzaretti/Picolotto, situada no interior do município de Constantina, onde abordou-se as famílias que estão integradas a ela. A estrutura fundiária do município é caracterizada na maior parte por pequenas propriedades rurais, segundo dados da Prefeitura Municipal no ano de 2005 havia 135 propriedades de até 0,5 hectares, de 5 a 10 hectares 302 propriedades, apenas 448 propriedades de 10 a 20 hectares, 290 propriedades de 20 a 50 hectares, 21 propriedades de 50 a 80 hectares e apenas 7 propriedades com área superior a 80 hectares. O módulo rural do município de Constantina segundo dados da Prefeitura Municipal, é composto por uma média de 20 hectares por módulo, predominando assim o trabalho de diversificação da agricultura familiar.

1.4.1 Localização Geográfica de Constantina/RS.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Constantina, este município está localizado na região norte do Rio Grande do Sul, a 365 km da capital do Estado, distante 13 km da BR 386. Situado na microrregião de Frederico Westphalen, mesorregião noroeste Rio-Grandense, faz parte da região denominada alto Uruguai e região da produção, pertencendo ao COREDES (Conselho Regional de Desenvolvimento) do Rio da Várzea, perfaz uma área territorial de 203 km². Segundo site APOLO11 (2011), o município de Constantina está entre as coordenadas geográficas de longitude 27 graus 44 minutos 05 segundos, de latitude 52 graus 59 minutos e 32 segundos. Os municípios limítrofes de Constantina são descritos da seguinte forma: ao norte, com Liberato Salzano e Cerro Grande, ao sul Rondinha, a leste com Engenho Velho e Três Palmeiras, e a oeste com Novo Xingu e Sagrada Família.

Como se observa na figura 1 apresenta-se o mapa do Rio Grande do Sul, e a localização exata do município de Constantina e os municípios que fazem divisas.

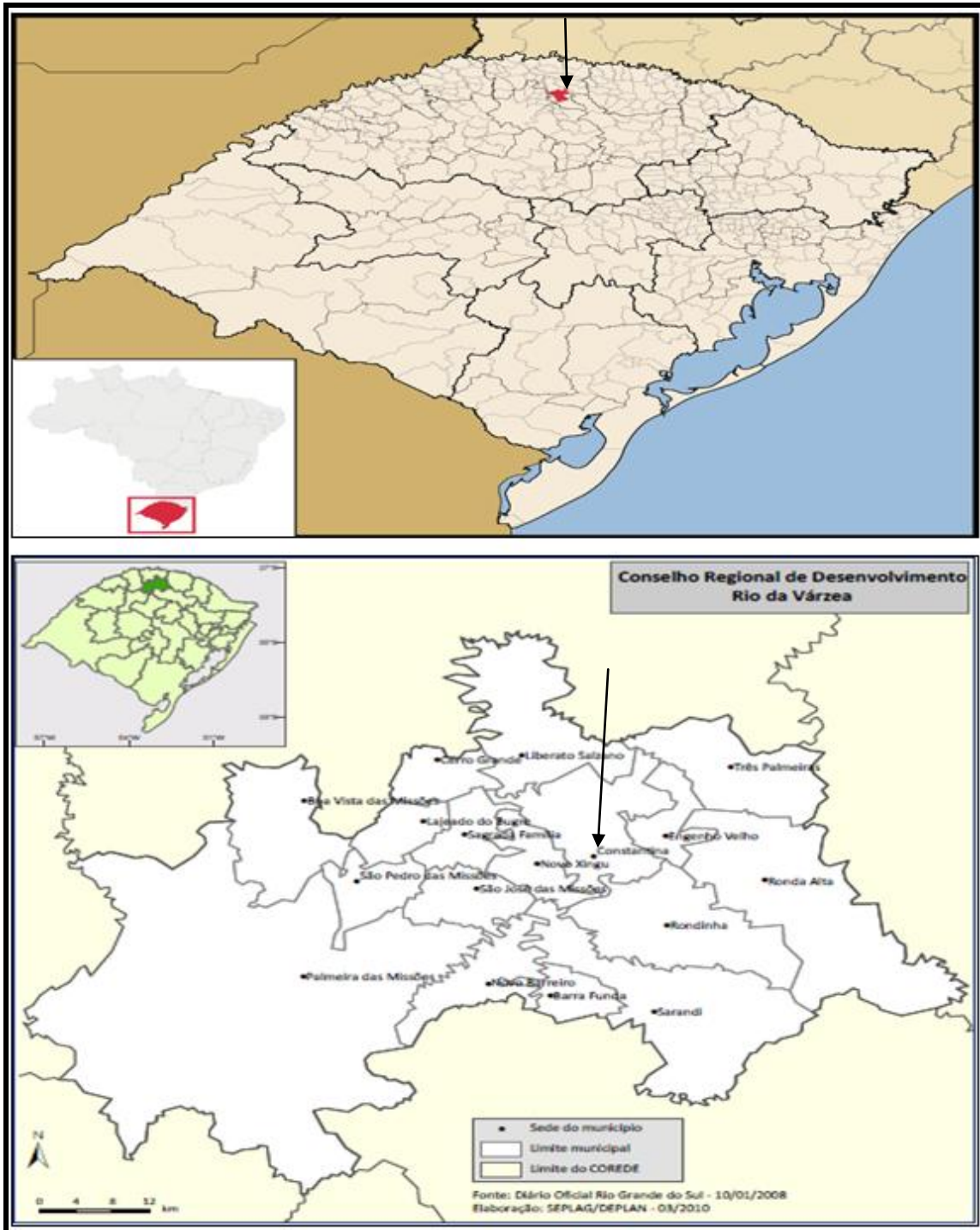


Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com destaque ao município de Constantina/RS e municípios limítrofes.

Fonte: (COREDE) Conselho Regional de Desenvolvimento, Rio da Várzea (2010).

1.4.2 Dados Geográficos Gerais de Constantina/RS.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, no município o clima predominante é temperado úmido, sendo que a temperatura média anual é de 18°C a 25°C. A precipitação média anual de chuvas é de 1.600 mm ano, a vegetação é de floresta hombrófila mista² e apresenta uma altitude de 501 metros.

A predominância de relevo é de ondulado a fortemente ondulado, com afloramento de rochas e altamente suscetível a erosão, sendo que o solo é basicamente argiloso.

No apêndice 4 apresenta-se o mapa de Constantina com suas comunidades, e respectivamente na forma de legenda as características dos solos do município:

1.4.3 Dados Socioeconômicos de Constantina/RS.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município é composto por uma população de 9.741 habitantes. De acordo com o mesmo órgão, 6.497 pessoas residem no perímetro urbano e 3.244 na área rural. A densidade demográfica era de 49,0 hab/km² (2010). A taxa de analfabetismo no ano de 2000 correspondia a 10,21%; a expectativa de vida ao nascer em 2000 estava em 75,52 anos, o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 ficava em torno de 25,64 por mil nascidos vivos.

Ainda segundo dados deste instituto, o município de Constantina foi criado no dia 14 de abril de 1959 sob Lei nº. 3736, onde seu município de origem é Sarandi/RS. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita, com dados em 2007, estava em R\$ 10.305,00.

Segundo dados da Prefeitura Municipal em 2010, no município a área de educação mostra-se bem desenvolvida, pois consta com seis escolas municipais, sendo que quatro encontram-se no meio rural contemplando a Educação Infantil e todo o Ensino Fundamental, e duas na zona urbana contemplando os mesmos níveis. Ainda no município temos a presença de três escolas estaduais, uma de Educação Infantil e Ensino Fundamental/Séries Iniciais, outra de Ensino Fundamental/Séries Finais e Ensino Médio, e uma terceira na área indígena

² A Floresta Ombrófila Mista é tipo florestal de grande importância ecológico-econômica, por sua característica única de abrigar a conífera mais expressiva da vegetação brasileira – *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze. A variedade de recursos naturais componentes desse tipo florestal é decorrente das diferentes associações entre as espécies, as quais crescem influenciadas por variações ambientais intrínsecas (Gama *et al.*, 2003 e Narvaes, 2004), sendo que as variações ocorrem em diferentes intensidades, de acordo com as características estruturais e seu estágio de regeneração natural. Estas influenciam na regeneração natural, bem como no estoque da floresta, sob diferentes intensidades, sendo enumeradas e elucidadas por Inoue (1979) como disponibilidade hídrica, intensidade luminosa, solo, competição, germinação e temperatura. (NARVAES; BRENA & LONGHI, 2005).

no interior do município, contemplando Educação Infantil e Ensino Fundamental/Séries Iniciais e Finais, salientando que a maioria dos professores e funcionários são da própria Reserva Indígena. Temos ainda uma Escola Agrotécnica situada no interior do município, onde está uma extensão da Escola Agrotécnica Federal de Sertão/RS que forma técnicos em agropecuária. O município conta ainda com a escola da APAE – Voando Alto, e desde o ano de 2006 conta com o pólo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) com cursos superiores de várias universidades do Estado, na modalidade graduação e pós-graduação/especialização.

Na área da saúde conta com um hospital e quatro postos de saúde, sendo que dois, salienta-se, estão localizados no meio rural.

A economia é essencialmente extraída da agricultura, pois o município não apresenta um desenvolvimento tão elevado na questão de indústrias. Porém destaca-se que Constantina possui uma fábrica de urnas mortuárias que emprega mais de 80 funcionários. O restante da população economicamente ativa encontra-se distribuída no funcionalismo público, duas fábricas de pequeno porte de calçados, três empresas de construção civil de pequeno porte, duas fábricas de tijolos, uma fábrica de jeans, duas cooperativas de produção agropecuária e o comércio diversificado que emprega o restante da população que vive na cidade. Estes, porém sendo sustentados e representados pela força da agropecuária do município, que por sua vez, encontra-se com uma diversidade de produção de citros, videiras e gado leiteiro, entre outros especificados a seguir. A suinocultura está bem expressiva em nosso município, sendo a maior responsável pela economia depois da monocultura de soja, temos mais de quinze agroindústrias que processam alimentos de origem animal e vegetal, produção de hortigranjeiros diversificados, produção de vinhos, e o predominante que é a produção das principais monoculturas soja, milho e trigo.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Constantina através da secretaria da fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (2011), constatou-se que o valor da representatividade da produção primária no ano de 2009 era de 60,95%, num total de R\$ 83.510.935,49 isto do valor adicionado que ajuda a compor o ICMS, totalizando um total de R\$ 50.906.090,33 do PIB do setor primário do município.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica do presente trabalho será apresentada por tópicos que corresponderão à proposta dos objetivos desta pesquisa. Assim, em um primeiro momento será feita a identificação de autores que complementem idéias e pensamentos com os temas abordados.

Dentre tais temas será abordada a agricultura familiar, a agroindústria familiar atividade que agrega valor aos produtos da agricultura familiar e por fim, o ambiente institucional e organizacional, que compõe esta relação.

2.1 - AGRICULTURA FAMILIAR.

A agricultura familiar é compreendida no setor rural nas mais diversas formas, sendo conceituada por vários estudiosos da temática rural. Dessa forma, uns a denominam de organização de pequenos agricultores, outros de agricultores de subsistência e de pequena produção, outros de agricultores camponeses e colonos. Cabe salientar que esta categoria desempenha papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de nosso país, pois é dela, que se origina grande parte da diversidade de alimentos que encontramos nas feiras, nos mercados e centros de distribuição de alimentos.

Mas, de fato, o que realmente vem ser a agricultura familiar? Qual o conceito ideal que podemos atribuir para essa classe de agricultores? Que características essa apresenta nos dias atuais? Qual a origem da agricultura familiar?

Iniciando esses questionamentos, primeiramente conceitua-se a origem da agricultura familiar onde, o campesinato europeu foi um dos precursores desta origem, com a vinda de imigrantes italianos e alemães para o Brasil.

A situação de campesinização mais evidente, registrada na literatura sobre o tema é, sem dúvida, a ocupação das serras gaúchas pelos colonos imigrantes da Europa, desde o século passado, onde um campesinato de origem européia pôde se instalar em condições mais favoráveis no interior do país. Mas há outras situações de campesinização. (WANDERLEY, 1996, p. 10).

Encontramos ainda dentro da literatura, outra abordagem que ressalta a origem social da agricultura familiar em nosso Estado através da abordagem de Schneider (2003), em um artigo sobre desenvolvimento rural, onde ressalta que a agricultura familiar no Rio Grande do Sul foi introduzida em meados do século XIX, “cuja origem social remota ao processo de ocupação espacial promovido pela colonização com imigrantes de origem européia [...], com

a chegada dos colonos de origem alemã, na localidade onde hoje se encontra o município de São Leopoldo, no ano de 1824 (SCHNEIDER *apud* FROHLICH & DIESEL, 2006, p. 28)”.

Evidentemente nota-se que o camponês representa em sua totalidade uma forma de trabalho entre indivíduos, ou seja, entre a família, parentes e vizinhos onde trabalham em regime econômico familiar, desempenhando atividades de exploração da terra, ajudando-se mutuamente. Percebe-se também que quando necessitam de eventual ajuda em determinados períodos do ano a um acordo comum de auxílio, além disso, o camponês exerce uma convivência de respeito com seu meio, usando e desfrutando somente para a sua subsistência, não agredindo tanto os recursos naturais. A agricultura familiar, relacionada com a agricultura camponesa tradicional, mostra que a mesma vem a ser uma das formas sociais e econômicas da agricultura familiar da atualidade, assim, indicando a família como possuidora dos meios de produção, da posse da propriedade e o trabalho nela existente. Diante dessas atribuições, a agricultura familiar ou o agricultor familiar é conceituado de forma mais abrangente:

São considerados trabalhadores na agricultura familiar os que exercem atividades na agricultura como proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, poceiros e os extrativistas e pescadores, que desenvolvem suas atividades de forma individual ou coletiva como os membros da família, podendo contar com complementação eventual de mão-de-obra de terceiros, desde que exceda a 50% da mão-de-obra familiar. (FETRAF-SUL/CUT, 2006, p. 31).

Dentro deste pensamento sobre definições da agricultura familiar, analisando seus métodos de trabalho e de organização das atividades agrícolas na sociedade contemporânea, constata-se que:

O primeiro elemento para definir a agricultura familiar está relacionado com a forma de uso do trabalho. Unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho da família e de seus membros, podendo contratar, em caráter eventual ou temporário, outros trabalhadores. (SCHNEIDER, 2003, p. 93).

Para compreender a agricultura familiar em sua totalidade, precisa-se entender seu papel, sua posição na ocupação, no ambiente econômico e social, onde esse grupo está inserido. Portanto, é importante atribuir sua definição da seguinte forma:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação

estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997 *apud* SCHNEIDER, 2003, p. 41)³.

A agricultura familiar nos dias de hoje, se expande e se fortalece através de articulações, essa projetada por instituições que promovem seu desenvolvimento com a finalidade de buscar subsídios e informações necessárias, assim, fornecendo-lhes condições decisivas de crescimento no ambiente social e econômico que se encontram, com isso;

As relações dos agricultores com o ambiente social e econômico podem ocorrer por meio do crédito, do financiamento ou de outra forma de apoio institucional – Estado ou ONGs -, e também pelo acesso a mercados de produtos (compra de insumos e venda de mercadorias, relação com a agroindústria, etc.), mercado de trabalho (como a possibilidade de obter rendas em atividades não agrícolas), acesso a informações e inovações produzidas pelo progresso tecnológico. Além disso, o ambiente social e econômico também compreende as expectativas cambiantes e as percepções que as famílias nutrem em relação ao seu futuro e às possibilidades de desenvolvimento do local em que vivem. (SCHNEIDER *apud* FROHLICH & DIESEL, 2006, p. 25).

Já para Pelegrini e Gazolla (2008, p. 74), “a agricultura familiar é uma forma de produção e trabalho que detém uma relativa autonomia decisória na alocação dos fatores de produção quando confrontada com o contexto social e econômico em que está inserida”. Os mesmos autores ainda atribuem que a agricultura familiar abrange uma dimensão ainda muito maior e deve ser conceituada de acordo com sua totalidade, “atualmente pode ser considerado agricultor familiar desde o agricultor moderno capitalista até o agricultor que produz especificamente para a sua subsistência, conservando elementos de um modelo de produção camponesa clássica”. (PELEGRINI & GAZOLLA, 2008, p. 66).

O agricultor familiar ou o camponês também chamado de colono possuía costumes diferentes antes do conhecimento das tecnologias que existem nos dias atuais, antigamente o agricultor focava e valorizava laços de vivência entre a comunidade, ou seja, as pessoas eram recíprocas, ajudavam-se uma as outras em todos os momentos. Com a intervenção da industrialização, o capitalismo e as novas formas de se comercializar, atribuídas aos grandes complexos agroindustriais, o agricultor familiar passou a perder essa relação de troca de favores.

Abramovay (1998) *apud* Pelegrini e Gazolla (2008, p. 69), definem que agricultura familiar atual, “mostra que essa é uma forma social integrada ao mercado de modo que não

³ Cabe salientar que a abordagem de campesina para Abramovay e Schneider não contemplam os mesmos elementos teóricos em sua definição.

pode ser compreendida como um modo de vida como no sistema agrícola colonial devido à impessoalidade com que o mercado se apresenta nas sociedades contemporâneas capitalistas”.

Outro fator importante que aborda um entendimento sobre a questão da agricultura familiar, entorno desta nova era em que vivemos é que:

Atualmente os estudos da agricultura na América Latina, atuam com diferentes concepções teóricas e em geral admitem a agricultura familiar como uma forma permanente de produção, diferente da agricultura empresarial. Para alguns a persistência da forma de produção da agricultura familiar é resíduo tradicional pré-capitalista, condenado a desaparecer com o transcurso da modernização das estruturas econômicas dominantes e com a globalização dos mercados. A agricultura familiar, portanto, convive e interage com as estruturas sócio-econômicas maiores, com tipos de agentes, modificando suas condutas e padrões produtivos e as novas restrições ao potencial que ela representa. (CAVALCANTE, 2001 *apud* AROEIRA & FERNANDES, 2002).

Diante de tais desafios e problemas encontrados pela agricultura familiar, em sua existência, onde havia carência no tocante a auxílios e subsídios, por exemplo, percebe-se que nos últimos anos a mesma passou a crescer em números de estabelecimentos rurais, isso devido a programas e políticas públicas criados para fortalecer o setor, criando novas fontes de trabalho e com isso, diminuindo o êxodo rural.

O censo de 2006 revela que o número de AF, estimado pela metodologia FAO/Inra, cresceu no decênio entre os censos - passou de 4,1 milhões para 4,5 milhões, ou 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do País. Em 2006 os familiares ocupavam 106 milhões de hectares (32,3% da área total dos estabelecimentos) e respondiam por 40% da produção agropecuária total, com Valor Bruto da produção de R\$ 57,5 bilhões. O fato de a área ser proporcionalmente menor que a participação na produção revela a maior intensidade no uso do fator terra dos familiares. Em termos de emprego (incluindo os membros da família e seus empregados), a AF absorvia, em 2006, 13 milhões de pessoas (78,8% do total da mão de obra no campo), um crescimento de 2,3% - significativo diante da queda geral registrada pelo censo. (INCRA, 2009).

Através deste desempenho no crescimento da agricultura familiar (AF), identifica-se como é importante sua influência sobre a questão da produção de alimentos deste país, assim apresentando números extraordinários na diversidade dos principais cultivos e da pecuária, extraídos pela agricultura familiar.

[...] produzir 24% do valor bruto da produção total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos, e 40% das aves e ovos produzidos. Em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% da cana-de-açúcar. (GUANZIROLI & CARDIM, 2000, p. 31-2 *apud* DAL SOGLIO & KUBO, 2009, p. 124).

Diante destes dados nota-se que, ainda a agricultura familiar dentro de suas condições e limitações, principalmente na falta de mão-de-obra, de valorização, e pela consequência da intervenção dos modelos tecnológicos de produção trazidos ainda na década de 60 pela revolução verde, possuindo uma grande relevância na produção de vários alimentos. Sabe-se, porém, que tivemos uma ameaça à biodiversidade de alimentos, pois foram instalados novos tipos e variedades de cultivos e alimentos geneticamente modificados, alterações que trouxeram consigo problemáticas ambientais ao modelo de produção dentro da agricultura familiar, perdendo por vezes, a capacidade de produzir alimentos mais saudáveis e com menores custos de produção. Segundo Lutzenberger (2001, p. 62):

O problema fundamental com a agricultura moderna é que ela não é sustentável. Mesmo se fosse tão produtiva quanto é afirmado, o desastre seria apenas postergado e, então, muito pior. Se quisermos alimentar as massas crescentes – é evidente que devemos encontrar também maneiras de controlar nossos números – teremos que desenvolver métodos de produção agrícola sustentáveis.

Assim, percebe-se que a agricultura moderna trouxe problemas a sustentabilidade do modelo de produção do agricultor familiar, pois o mesmo passou a utilizar tecnologias não adequadas a sua realidade de trabalho. A maioria destes agricultores não disponibilizava quantidades suficientes de terras e outros recursos que pudesse atender suas necessidades, para poder adquirir tecnologias externas. A partir deste momento, o agricultor vendo-se obrigado a aumentar suas áreas para a produção de monoculturas, torna-se excluído perante o sistema de produção do uso de insumos exógenos, levando-o a miséria e a pobreza.

Vale ressaltar que anteriormente a esse processo induzido de produção, o agricultor familiar tinha em sua mente a preocupação e o objetivo de produzir para manter sua família, onde:

O sistema de produção familiar era diversificado, atendia especificidades e diversidades regionais, com produção quase auto-suficiente, pouco dependente de energia externa ao sistema, equilibrado, onde o limite da produção era dado pela capacidade de suporte dos recursos naturais e o aumento da produtividade se dava pelos estímulos racionais ao meio. Este sistema “atrasado” possuía um grau de autonomia elevado, de baixo custo, e trazia consigo conhecimentos acumulados ao longo do tempo, além de uma cultura que lhe dava suporte. (MENEGETTI, 2008, p. 8).

A agricultura está em um rumo ou ritmo muito acelerado para o desenvolvimento das principais *commodities*, soja, milho e trigo, além da pecuária extensiva e de confinamento, prejudicando a soberania alimentar de nossa nação e de outros países. Por causa da mentalidade tecnológica presente em nossos governantes, agricultores e

consumidores, no futuro poderemos ter conseqüências catastróficas, perdendo a existência e a biodiversidade de alimentos saudáveis e orgânicos, aumentando a dificuldade ao acesso digno aos alimentos de qualidade, principalmente aos mais pobres. Segundo Vankrunkelsven, (2006, p. 1) *apud* Dal Soglio e Kubo, (2009, p. 119): “no mundo as organizações e instituições sociais, estão discutindo métodos ou definições ideais para a soberania alimentar”. No entanto, o mesmo salienta ainda que:

Soberania alimentar é o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. São políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção de alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para a produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar suas sociedades.

Por fim, constata-se que os governantes deveriam patrocinar a autonomia e a segurança alimentar através da oferta de emprego para a população, e que passem a promover atividades diversificadas dentro da agricultura familiar, para que as nações possam ter acesso a alimentos saudáveis e diversificados.

2.2 - AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ATIVIDADE GERADORA DE RENDA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.

Desde a antiguidade o homem desempenha formas no processamento de alimentos, assim, a agroindustrialização ou a transformação da matéria-prima de certos vegetais e de determinadas carnes, trouxeram novos tipos de alimentos, mudando o hábito alimentar do homem. Com o passar dos anos, esses alimentos transformados obtiveram métodos especiais de preparo, de novas embalagens e de armazenagem.

Na agricultura familiar, constata-se que agricultor sempre produziu algum tipo de alimento processado. Tal método de processamento é passado de geração a geração, de pai para filho, sempre aprimorando e ampliando seu trabalho para sua própria sobrevivência. Todas as etnias ou povos reproduzem parte de seus alimentos, isso se deu devido as suas necessidades e pelo fato de não existir no passado mecanismos estratégicos de conservação, pois em tempos anteriores a energia elétrica, o agricultor tinha que improvisar métodos de conservar seus alimentos. No entanto,

A agroindustrialização dos produtos agrícolas é um processo histórico, pois, com o decorrer do tempo os métodos foram sendo aperfeiçoados e adaptados às condições materiais disponíveis naquele determinado período e está intimamente relacionada à

história humana e à reprodução social dos indivíduos, neste caso, os agricultores familiares. (PELEGRINI & GAZOLLA, 2008, p. 57).

A agroindústria familiar como vimos, sempre ocupou espaço dentro dos métodos de trabalho do homem, no entanto, somente a partir destas últimas décadas do século XX, ganhou destaque e reconhecimento mais acentuado por se tratar de uma atividade diferenciada sendo uma novidade dentro das propriedades rurais. Encontramos comentários à cerca desta constatação em estudos de Requier-Desjardins (1999), onde este colabora com a seguinte atribuição:

O tema da agroindústria rural ressurgiu somente nos anos oitenta na literatura da economia camponesa, onde, no princípio, se concebeu a agroindustrialização familiar como um meio para reforçar o controle do agricultor latino-americano sobre a criação de valor agregado na cadeia de produção: supunha-se que, processando ao menos parte do produto bruto, ter-se-ia a oportunidade de reter uma porcentagem mais elevada de valor agregado, o que permitiria aumentar o nível de ingresso [tradução do autor] (REQUIER-DESJARDINS, 1999, p. 2 *apud* WESZ, J. *et al* 2008, p. 7).

Como início de agroindustrialização no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como referência o charque, e no âmbito nacional a produção de açúcar que foram os primeiros produtos, diga-se de forma agroindustrial, que comandaram a economia do Estado e do País em séculos anteriores. Conforme as cidades iam se desenvolvendo, os produtos eram cada vez mais procurados, nos dias atuais temos uma representatividade muito elevada de produtos agroindustrializados pela agricultura familiar. No caso do Rio Grande do Sul é importante mencionar que, com a chegada dos imigrantes europeus alemães e italianos trouxeram consigo a arte do processamento de queijos, embutidos, conservas, artesanato e outros produtos. Porém,

A agroindustrialização é uma “arte” cultural e histórica desenvolvida em todas as partes do mundo, organizando-se de acordo com as características de cada sociedade específica. No Brasil, o processo de agroindustrialização tomou corpo e avançou para vários produtos com a chegada dos imigrantes europeus, que na sua bagagem trouxeram a cultura de elaborar os produtos agrícolas. (PELEGRINI & GAZOLLA 2008, p. 60).

Assim, nota-se o reconhecimento que estes foram idealizadores no início da agroindustrialização no Estado, onde os mesmos atuavam na produção para o autoconsumo e vendiam o excedente para garantir sua “reprodução social”.

Para Schneider (1999, p. 22) *apud* Pelegrini e Gazolla (2008, p. 61), percebe-se que:

Dentre as diversas estratégias de reprodução da agricultura familiar a agroindustrialização dos produtos agropecuários adquiriu um papel fundamental, pois estes produtos eram produzidos para o consumo familiar e o excedente era comercializado, obtendo os recursos necessários para a compra de bens não produzidos pela família.

Na atualidade os produtos das agroindústrias familiares estão sendo reconhecidos nacionalmente diante de suas características peculiares e pelo potencial de muitas produções voltadas a produção de base ecológica, “orgânicos”, que levam em conta a conservação do meio ambiente. Apesar disso, defrontam-se com a influência dos grandes complexos agroindustriais criados a partir do aumento do setor industrial capitalista. Esse processo capitalista agroindustrial enfraqueceu de forma significativa à cultura de nossos agricultores, através da diminuição de atividades da agricultura familiar. Mesmo com essa influência desordenada dos alimentos industrializados oferecidos em grande escala, os produtos das agroindústrias familiares rurais (AFRs), estão sendo observados por boa parte da população, principalmente os que moram nas cidades, pois, têm-se a consciência que estes produtos vindos do meio rural são produzidos de forma natural, com sabor específico e sem a presença de tantos conservantes. Para tanto se nota que:

A busca da sociedade, em geral, por estes produtos pode ser apontada por diferentes motivações, dentre elas, a busca por produtos saudáveis, naturais e vinculados a um processo produtivo carregado de uma simbologia ambiental e, muitas vezes, social. Para uns representa a simples busca por um bem-estar individual, para outros, uma fuga de um compromisso social. (SULZBACHER, 2009, p. 6).

Os produtos oferecidos pela agricultura familiar apresentam comercialização com dificuldades no que tange ao escoamento, pois apenas alguns estabelecimentos disponibilizam seus produtos. A maior parte é feita através da venda direta, sem intermediários. Sobre isso, Révillion (2010, p. 1) aponta que:

A maior parte dos produtos agroindustriais familiares são comercializados em venda direta para os consumidores, tanto na própria propriedade como em feiras e eventos (festas), pelos próprios membros da família [...] o que denota a importância da organização do espaço rural e de suas extensões para o desenvolvimento de um posicionamento diferenciado na mente do consumidor: um consumo mais solidário, culturalmente consistente e, cada vez mais saudável e sustentável. Esses atributos parecem estar sendo consolidados na mente do consumidor como o conceito de “produto colonial” que representaria o produto das pequenas agroindústrias rurais [...].

Nota-se, portanto, que a agroindústria proveniente da agricultura familiar está encaminhando ações, mas depende ainda de estratégias e investimentos, tanto no que diz respeito à preparação dos pequenos agricultores para acolher a idéia, quanto pelos

consumidores que precisam desmistificar a questão da qualidade dos produtos no seu processo de produção e beneficiamento. Porém percebe-se que o item mais problemático seja a aceitação dos comerciantes em receber e oferecer aos seus clientes tais produtos.

2.2.1 A Agroindústria Familiar.

Dentro deste contexto de identificação no processamento dos produtos agroindustrializados pela agricultura familiar, e da forma estratégica que o agricultor realiza para poder colocar seus produtos a disposição das pessoas que tem hábitos de consumir estes tipos de alimentos, busca-se compreender o que, de fato, se constitui enquanto agroindústria familiar. Na concepção de diversos pesquisadores que abordam a atuação do agricultor familiar na transformação e processamento através da agroindustrialização de seus produtos, constata-se que:

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo à agregação de valor obtida com a oferta de produtos mais sofisticados em canais de comercialização e mercados diferentes dos tradicionais [...]. Esse diferencial, a gestão da produção e a definição de estratégias de desenvolvimento a partir da iniciativa dos participantes do núcleo familiar, é o que torna particular esse tipo de organização [...]. (RÉVILLION, 2010, p. 1).

Já para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região, a agroindústria familiar é conceituada como: “uma unidade de produção de pequeno porte, que transforma, beneficia ou industrializa a produção dos agricultores familiares, envolvendo e utilizando a mão-de-obra familiar, gerando novos produtos, com maior durabilidade e valor agregado”. (FETRAF-SUL/CUT, 2006, p. 67).

O termo agroindústria familiar apresenta variados conceitos na literatura, portanto, se faz necessário entender essa diversidade de conceitos para podermos conhecer, como essa forma de trabalho se diferencia da agroindústria de grande porte. Com isso, Prezotto (1997) cita que:

A agroindústria familiar é uma unidade de transformação e/ou beneficiamento de produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares. Sendo gerenciada pelos próprios agricultores e constituída de instalações e equipamentos adequados à escala de produção não industrial tradicional, ou seja, de grandes agroindústrias. (PREZOTTO, 1997 *apud* PELEGRINI & GAZOLLA, 2008, p. 76).

Já Schneider *apud* Wesz Junior. V. J (2009, p. 7), considera:

A agroindústria familiar como uma forma de pluriatividade pára-agrícola, que na verdade resulta de um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora, onde o destino é à comercialização.

A agroindústria familiar pode ser considerada como um empreendimento de mudança na reprodução social e econômica dentro da propriedade rural, pois os agricultores ou a família ocupam-se com atividades diferenciadas, desde a produção da matéria-prima até o processamento final e ainda fazem a sua própria gestão. Estes elementos são cruciais para o fortalecimento de seu núcleo. Neste sentido, Pelegrini e Gazolla (2008, p. 77), entendem:

A agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários com conseqüente transformação destes em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo, neste processo, a agregação de preço ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é que empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade.

Além dos conceitos atribuídos para definirmos a agroindústria familiar, podemos caracterizar este setor sob outros aspectos como:

A localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como da mão-de-obra da família. Pode ainda ser representada como uma rede envolvendo agricultores e suas famílias, vizinhos, pequenos comerciantes urbanos e consumidores. Em muitos casos se constitui num empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. (MIOR, 2008, p. 2).

Um importante conceito que define a agroindústria familiar é a “comercialização de parte ou da totalidade da produção processada, ou seja, exige-se que os laços de consumo superem o ambiente estritamente familiar para que se estabeleçam relações mercantis - mesmo que baseadas na proximidade - que ultrapassem o autoconsumo da unidade doméstica”. (WESZ JUNIOR, 2006, p. 25 *apud* WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2008, p. 8).

2.3 - AMBIENTE INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL.

Como podemos classificar ou definir ambiente institucional e organizacional? Sabe-se que ambos são responsáveis em comandar e ditar regras.

O ambiente institucional confere o posicionamento de formulador de leis e estratégias que venham a beneficiar determinadas organizações. Organizações são determinados grupos

de pessoas com o objetivo de conseguir certos benefícios, dentro destes podemos citar os grupos políticos e os grupos econômicos, para esclarecer essa diferenciação buscou-se a seguinte exposição: “O ambiente institucional constitui o que alguns autores definem como as regras do jogo⁴. Estas promovem o desenvolvimento das atividades econômicas, bem como as ações políticas, legais e sociais que governam a base da produção, troca e distribuição”. (WILLIAMSON, 1996 *apud* BITENCOURT; SATOLANI; CORRÊA, 2008 p. 10).

Segundo os autores Bitencourt; Satolani e Corrêa (2008, p. 11). “As organizações podem ser grupos políticos (partidos políticos, Câmara dos Deputados, Senado e órgãos reguladores) ou grupos econômicos, podem ser empresas, sindicatos, cooperativas, associações rurais, entre outros”.

Este ambiente institucional e organizacional no que envolve sua complexidade no funcionamento de um sistema agroindustrial dentro de suas cadeias produtivas, também é percebido pela descrição de seus agentes e as relações existentes entre si próprios. No entanto, dentro de um sistema de produção agroindustrial (SAG), segundo Zylbersztajn (2000, p. 14), podemos dimensioná-lo e conceituá-lo da seguinte forma: a) pelo fornecimento de insumos e equipamentos pela indústria, b) a agricultura que faz o uso destes insumos, c) a agroindústria ou a indústria de alimentos que compra e processa os produtos da agricultura, d) a distribuição dos produtos pelo atacado e varejo, e por fim, o consumidor final, onde dentro destes setores encontram-se o ambiente institucional, com as leis, cultura, tradição, educação e costumes. No ambiente organizacional, encontra-se as associações, informações, pesquisas, finanças, cooperativas e firmas. Nota-se aqui, a estrutura composta para definir como um sistema agroindustrial se reproduz dentro de suas cadeias, sendo que este é “visto como um conjunto de relações contratuais entre empresas e agentes especializados, cujo objetivo final é disputar o consumidor de determinado produto” (ZYLBERSZTAJN, 2000, p. 13).

Complementando essa atribuição Zylbersztajn (2000), constata a participação de Rosina, *et al.*, (2007, p. 5), onde atribui que:

Podem-se compreender, então, os sistemas agroindustriais como um nexo de contratos, que vão desde o produtor e fornecedor de insumos até o consumidor final, o que permite identificar as formas de coordenação (governança) em cada relação entre os agentes.

⁴ A Nova Economia Institucional (NEI) tem a preocupação de estudar as relações entre instituições e eficiência, e há, para isso, duas vertentes que abordam esses assuntos: o ambiente institucional e as instituições de governança. A primeira corrente analisa o papel das instituições investigando os efeitos das mudanças no ambiente institucional sobre o resultado econômico ou sobre as teorias que criam as instituições, dedicando-se mais especificamente ao estudo das "regras do jogo". (BITENCOURT; SATOLANI & CORRÊA; 2008 p. 9).

Zylbersztajn (2000, p. 20), nos diz que essa dimensão atribuída ao SAG, é percebida como um “fluxo”, onde este é apoiado por dois ambientes, sendo que estes são definidos ou conceituados da seguinte maneira:

Uma representada pelo ambiente institucional e outra pelo ambiente organizacional. As instituições são as regras do jogo da sociedade e são representadas pelas leis, tradições e costumes que caracterizam as diferentes sociedades. As organizações são aquelas estruturas criadas para dar suporte ao funcionamento dos SAGs, tais como: as empresas, universidades, cooperativas e associações de produtores, entre outros. São os verdadeiros agentes que fazem os SAGs funcionar.

Como vimos, o ambiente institucional tem a função de ditar regras, sendo responsável em promover a formação de atividades econômicas dentro de um determinado espaço, assim, comandando a produção e distribuição de produtos. Essas regras podem ser transferidas através de contratos informais e formais, segundo Bitencourt; Satolani e Corrêa (2008, p. 10),

Os conjuntos de normas e regras delimitam as ações estabelecidas pelo homem, disciplinando suas ações com seus semelhantes e com o mundo, podendo também regulamentar outras instituições, definindo os critérios que serão estabelecidos por meio das duas formas de regras – formais e informais.

Neste contexto, pode-se dizer que na atualidade ocorrem diversas transações entre agricultor e organizações da cadeia de produção agroindustrial, essas transações são acertadas através de contratos formais, informais e de parceria onde neste o agricultor passa a ter um vínculo ou compromisso, recebendo produtos e insumos, um exemplo disso, é a criação de suínos e frangos na forma integrada com determinadas corporações agroindustriais⁵.

Dentro do ambiente institucional é importante mencionar a existência de organizações que dão suporte e apóiam as cadeias de produção agroindustrial. Segundo Miele; Waquil e Schultz (2010, p. 6): “estas assumem inúmeras funções e características, com destaque para: as associações representativas de interesses específicos; federações e sindicatos patronais e de trabalhadores rurais e as organizações não governamentais”.

Destaca-se que este ambiente também é responsável em redimensionar as normas e regras de produção e circulação destes produtos, fazendo inspeções sanitárias e oportunizando estratégias de competição, responsabilizando-se em suprimentos que legalizem o funcionamento das mesmas, enfim, é importante considerar que a tradição de um determinado

⁵ Os contratos de parceria estabelecem uma relação na qual a agroindústria fornece insumos, logística e assistência técnica, enquanto que o produtor provê terra, instalações, equipamentos, mão-de-obra, energia e manejo ambiental. Além disso, colocam especificações técnicas e exigências de exclusividade, sobretudo aquelas relacionadas a questões de qualidade dos alimentos e metas de produtividade. (MIELE; WAQUIL; SCHULTZ, 2010, p. 14).

povo também é fundamental para a produção, comercialização e consumo destes produtos, assim influenciando na composição do ambiente institucional. Conforme os autores Miele; Waquil e Schultz (2010, p. 6): “É importante mencionar que o ambiente institucional também é formado pela tradição, pelos costumes e pela cultura local e regional, os quais determinam em grande parte hábitos de consumo, de produção e de distribuição”.

No ambiente institucional e organizacional de uma empresa, indústria ou de uma agroindústria, é notável a presença de estratégias, estas sendo responsáveis para que os administradores possam obter vantagens sobre seus concorrentes, assim mantendo-se no mercado competitivo. No entanto, Mintzberg *et al.*, (2000, p. 21) *apud* Brundani e Sasaki (2009, p. 3), comentam que: “a premissa básica para se pensar a respeito de estratégia diz respeito à impossibilidade de separar organização de seu ambiente[...] a organização usa a estratégia para lidar com as mudanças nos ambientes”. Percebe-se aqui que a estratégia organizacional é fundamental para a formação de iniciativas na tomada de decisões dentro do ambiente organizacional, incluindo fatores internos e externos.

Nos sistemas agroindustriais percebe-se uma infinidade de estratégias, sendo que estas assumem objetivos específicos para manter a continuidade do empreendimento no mercado. Estas estratégias definem-se em uma série de características estratégicas como por exemplo: condições de preços menores, oportunizando vantagem sobre outras empresas, inovação ou criação de embalagens mais atraentes, apresentação de novos produtos, propaganda, “marketing”, abrangência na comercialização de produtos principalmente via exportação dentre outras. Portanto, nota-se que um sistema agroindustrial deve oferecer uma relação de desempenho e eficiência, conforme menciona Ferraz *et al.*, (1996, p. 3) *apud* Silva e Batalha (1999). Mesmo assim, através destas abordagens de desempenho e eficiência, não contemplando um conceito coerente para estes autores, os mesmos repassam que o conceito de competitividade ideal seria: “[...] a capacidade da empresa formular e implantar estratégias concorrentes que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”. (FERRAZ *et al.*, 1996, p. 3 *apud* SILVA & BATALHA 1999, p. 11).

A estratégia competitiva é fator essencial dentro de uma organização industrial, pois é dela que se adquire rentabilidade, que viabiliza sua permanência dentro do mercado, as organizações possuem diversas estratégias, fins e meios, conforme ressalta Porter, (1986) *apud* Brundani e Sasaki (2009, p. 4), estas são representadas como estratégias que determinam aonde as empresas querem chegar, com isso, nota-se que: “empresas diferentes empregam palavras diferentes como “missão” ou “objetivo” ao invés de “metas”, e outras

empregam “tática” em lugar de políticas “funcionais” ou “operacionais” (PORTER, 1986 *apud* BRUNDANI & SASSAKI, 2009, p. 4).

Através desta atribuição, constata-se que uma estratégia organizacional é derivada de uma infinidade de palavras, mas com um objetivo ou propósito único: crescer e ganhar respaldo dentro do mercado. Essas estratégias devem passar por um amplo processo de conhecimento, sendo pensadas, aprimoradas e administradas de forma eficaz para poder assim, atingir os resultados e objetivos de uma organização.

Ao analisar a influência do ambiente institucional sobre uma organização, é importante questionar que em tempos passados, as organizações não se preocupavam ou não dependiam de fatores externos, trabalhavam em sistema isolado sem influências de outras empresas ou entidades que poderiam dar-lhes auxílio. A partir de um dado momento, essa realidade passou a ser notificada, com a influência de políticas, assistências profissionalizantes, sindicatos, cooperativas e também passou a ter destaque nos estudos organizacionais. Este processo de interlocução passou a dar suporte e auxiliou o crescimento e a formação de macro e micro empresas em nosso país. Nos dias atuais, o ambiente institucional sobre uma organização é elemento definitivo para sua formação e crescimento, por isso, sem o apoio, ou sem um relacionamento aberto com este ambiente, uma organização não viveria, no entanto, o ambiente exerce poder e força sobre uma organização portanto:

Ambiente esse que é constituído de diversas forças - por exemplo, normativas, coercitivas, culturais, cognitivas, sociais, entre outras - que farão com que a organização não se permita ao isolamento, mas sim busque, com afinco, uma relativa conformação a essas pressões ambientais, como também legitimidade – reconhecimento de seu valor – perante o seu ambiente de atuação. (BRUNDANI & SASSAKI, 2009, p. 12).

Por fim, percebe-se que as organizações de modo geral estão envolvidas em ambientes constituídos por normas, regras, mitos, valores e interesses, sendo que, a sobrevivência destas depende de sua capacidade de organização e entendimento destes aspectos que as constituem. Como vimos anteriormente, as organizações em tempos anteriores eram visualizadas independentes, ou seja, viviam em sistema fechado, portanto, na atualidade, a teoria institucional quanto a sua abordagem, conforme Schultz (2001, p. 49): “surge como uma nova forma de analisar o ambiente e os aspectos internos e externos em que os agentes econômicos estão inseridos, a partir de novos fatores que afetam diretamente os resultados das organizações”. Neste sentido, as vantagens no ambiente organizacional têm origem pelas restrições que o ambiente institucional oferece para sua evolução.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Com base nos objetivos propostos no desenvolvimento do presente trabalho, apresentamos neste capítulo as fontes de pesquisa e os instrumentos que nos auxiliarão na construção analítica desta pesquisa.

3.1 - Tipo de pesquisa

Diante da presente abordagem deste trabalho, ou seja, a agroindústria familiar de Constantina/RS, mais especificadamente a da associação e agroindústria Lazzaretti/Picolotto. O propósito da abordagem qualitativa contemplou a busca de informações na forma de entrevistas, levantando dados junto a Cooperativa das Agroindústrias de Constantina e Região, e posteriormente na secretaria de agricultura do município, onde se deram as possibilidades de pesquisar suas realidades.

Para o levantamento de dados, conforme destacado anteriormente foram utilizadas entrevistas juntamente com os agricultores sócios da agroindústria e as entidades acima citadas, sendo que as respostas obtidas foram armazenadas e gravadas através de gravador de fita k7. Portanto a pesquisa será de natureza qualitativa, onde os entrevistados terão suas identidades preservadas. Segundo Deslauriers (1991, p. 58) *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p. 32),

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objeto da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

De acordo com a metodologia da abordagem qualitativa, atribui-se que essa é uma forma ou tentativa de compreender as características do público ou de quem está sendo entrevistado. Assim,

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, ou atores que participam do estudo. Essa pesquisa tem a preocupação de revelar as convicções ou percepções comuns aos atores envolvidos a ela. (RICHARDSON, 1999, p. 91 *apud* RIBEIRO, 2009, p. 5).

Ao que se refere à natureza, a pesquisa aplicada, terá por objetivo gerar conhecimentos que envolvem a verdade e os interesses da área a ser estudada, onde ainda se busca a

aplicação da prática para solucionar problemas. Quanto ao caráter da pesquisa, a mesma será descritiva, pois pretende descrever os fatos e a realidade em que se encontra a agroindústria em estudo. Assim,

Os estudos descritivos podem ser criticados por que pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão. (TRIVIÑOS, 1987, p. 112 *apud* GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 35).

Já para Gil (2009, p. 42), as pesquisas descritivas são classificadas da seguinte forma:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Quanto aos procedimentos, à pesquisa a ser realizada será considerada de análise bibliográfica e de campo, e estudo de caso. Tomando como fonte Fonseca (2002) *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p. 37). Portanto destaca-se a importância e a forma de como se faz uma pesquisa bibliográfica:

Feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

O estudo de campo conforme Gil (2009, p. 53) se constitui da seguinte forma:

O estudo de campo procura mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa.

Por fim, o método utilizado nesta pesquisa foi o estudo de caso, contemplando o objetivo proposto no presente trabalho. Conforme Gil (2009, p. 54) os parâmetros, do estudo de caso no âmbito oferece diferentes propósitos: 1) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; 2) preservar o caráter unitário do objeto estudado; 3)

descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; 4) formular hipóteses ou desenvolver teorias e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

3.2 - Unidade de análise ou amostra.

Para fins de investigação da pesquisa, as fontes de informações tiveram seqüência de acordo com cronograma pré-estabelecido pelo pesquisador, no entanto, a unidade de análise de acordo com Doxsey e De Riz (2002, p. 44-5) *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p. 68): “pode ser uma pessoa, um grupo, uma empresa, uma sala de aula, um município. Pode ser configurada em outro âmbito, num âmbito mais macro: um setor econômico uma divisão de instituição ou uma escola”. Neste sentido, a técnica de amostragem utilizada nesta pesquisa é caracterizada de intencional, pois foi representado um integrante de cada família, com isso: “as técnicas de amostragem permitem reduzir o número de sujeitos numa pesquisa, sem risco de invalidar resultados ou de impossibilitar a generalização para a população como um todo” (DOXSEY & DE RIZ, 2002, p. 44-5 *apud* GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 68).

Ainda neste contexto, a amostra intencional consiste em:

[...] selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas. Exemplo: um pesquisador que quer estudar a utilização feita pelos pequenos produtores no montante do crédito, deverá incluir na sua amostra unicamente produtores que fazem uso do sistema creditício. O critério da escolha, neste tipo de amostra, é a razão e não o aleatório, mas a razão é fundada nos critérios pré-estabelecidos. Daí, o problema de representatividade é discutível mas não se inclui totalmente, dependendo dos cuidados na escolha dos elementos. (ALMEIDA, 1989, p. 87).

Portanto, a pesquisa dentro da unidade de análise deu-se em duas propriedades dos produtores inseridos na agroindústria, na cooperativa das agroindústrias e na secretaria de agricultura do município que dão suporte para a mesma. Possibilitando assim, flexibilidade e interação perante ambas.

A agroindústria pesquisada é formada por sete famílias, nesta coletou-se informações com membros que estão mais diretamente ligados ao funcionamento da agroindústria, facilitando assim um aprofundamento sobre a dinâmica interna e externa do empreendimento, como por exemplo, se estão satisfeitos com a alternativa de incremento econômico na propriedade, bem como o que esperam para o futuro com essa forma de trabalho integrado. As

instituições citadas anteriormente contribuirão, à medida que interferem na busca de subsídios e alternativas ao setor, facilitando assim a comercialização da produção.

3.3 - Coleta de dados.

Para o estudo de caso, o levantamento de dados na pesquisa foi realizado utilizando-se de técnicas como: pesquisa bibliográfica, pesquisa eletrônica, entrevistas e roteiro. Assim, partiu-se ao encontro da realidade de como se desenvolve o trabalho dentro da agroindústria em estudo. Para tanto, a alternativa foi buscar contato com os responsáveis pelo trabalho. No entanto, optou-se por fazer com que essas entrevistas ocorressem de forma intercalada, buscando-se um entendimento da realidade da agroindústria e posteriormente buscando identificar limitações e potencialidades da atualidade, bem como as influências que o ambiente institucional e organizacional oferece para o patrocínio de seu desenvolvimento.

A pesquisa foi realizada no período de dezembro de 2010 e janeiro de 2011, seguida de roteiros pré-estabelecidos seguido de entrevistas. Portanto, junto às famílias da agroindústria encontra-se roteiro (apêndice I), com a secretaria de agricultura do município roteiro (apêndice II) e com a cooperativa das agroindústrias roteiro (apêndice III).

A coleta de dados referentes ao histórico da agroindústria em estudo foi feito em outro trabalho já realizado pelo autor desta obra.

3.4 - Levantamento de dados junto à cooperativa das agroindústrias do município de Constantina e região e secretaria de agricultura municipal.

No município de Constantina/RS encontra-se uma cooperativa que incentiva e oferece condições propícias para o desenvolvimento das agroindústrias, essa denominada com o de Cooperativa das Agroindústrias de Constantina e Região (COOPERAC). Assim, foram feitas coletas de dados junto a essa instituição, visando obter dados e informações referentes à mesma, como qual é a sua representação para as agroindústrias, qual o ambiente institucional e organizacional que está inserida, as principais transações que acontecem a “montante e jusante” do processo produtivo.

Também foram elaborados outros questionamentos importantes como: qual foi o ano e a primeira agroindústria que se instalou no município, o ano da criação da cooperativa, quais os produtos produzidos, quais os locais que a cooperativa coloca para a comercialização dos produtos. Enfim, procurou-se resgatar uma série de informações relevantes a essa instituição.

Também se buscou junto à secretaria de agricultura do município em estudo, informações visando apresentar a forma como fornece suporte à cooperativa e às agroindústrias (na qual se encontra a agroindústria Lazzaretti/Picolotto), identificando qual o seu papel em relação a essa cadeia produtiva, quais as entidades que deram suporte na sua formação, bem como se estão ajudando no seu funcionamento, quais os tipos de assistências e se a mesma conta com licença e certificação.

A respeito da cooperativa foi feita uma entrevista com o presidente da mesma, onde este nos relatou a forma de seu funcionamento, as dificuldades encontradas desde sua formação até o presente momento.

3.5 - Tratamento dos dados.

Os dados e informações desta pesquisa estão direcionados ao caso da agroindústria Lazzaretti/Picolotto, buscando interpretar as informações organizando e sistematizando os dados coletados através da análise de conteúdo, pois como destaca Demo (1995) *apud* Picolotto (2006, p. 120) para a execução da análise qualitativa dos fenômenos sociais torna-se útil a ferramenta da análise de conteúdo. Segundo Gil (2009, p. 141):

O mais importante na análise e interpretação de dados no estudo de caso é a preservação da totalidade da unidade social. Daí, então a importância a ser conferida ao desenvolvimento de tipologias. Muitas vezes, esses “tipos de idéias” são antecipados no planejamento da pesquisa. Outras vezes, porém, emergem ao longo do processo de coleta e análise de dados.

Ainda dentro do contexto da análise de conteúdo nota-se que:

Ao contrário, a análise de conteúdo sob a ótica qualitativa se concentra nos “conteúdos da prática” social, deixando-se de lado a roupagem formal da elaboração discursiva. Dessa forma, esta maneira de investigação persegue, sobretudo, o caráter do depoimento dos participantes do desenvolvimento “naquilo que têm de compromisso político obtendo-se um dado dialogado, discutido, curtido”. (DEMO, 1995, p. 246 *apud* PICOLOTTO, 2006, p. 120).

Assim, através da análise de conteúdo foi possível apresentar a realidade enfrentada pela agroindústria em estudo e posteriormente associar estes dados com o referencial teórico utilizado.

3.6 - Limitações da pesquisa.

Para a elaboração desta pesquisa, foram efetuadas leituras que explanassem o método ideal para o processo de trabalho, no entanto, sempre ocorrem limitações que fazem com que a pesquisa não seja efetuada conforme desejado. Neste caso, a área estudada não apresentou referenciais teóricos específicos que auxiliassem a compreensão do autor a cerca da realidade local.

Outro limitante constata-se na pouca identificação de material específico da agroindústria estudada, dada a limitação de registro nos 10 anos de atividade.

4 HISTÓRICO DA AGROINDÚSTRIA LAZZARETTI/PICOLOTTO.

A agroindústria Lazzaretti/Picolotto encontra-se localizada a sete quilômetros da sede do município, na comunidade de Linha Savaris. A agroindústria é formada por sete famílias de pequenos agricultores, totalizando 26 pessoas. A mão-de-obra empregada é familiar. Além disso, a associação contrata, eventualmente, trabalhadores temporários, principalmente no período da colheita da cana-de-açúcar, que dura de cinco a seis meses. Essa mão-de-obra é contratada na forma de diárias, totalizando de cinco a sete pessoas no período da safra.

Dessa forma, a agroindústria constitui-se em caráter familiar, pois sem organização e o trabalho associativo da mesma, não seria possível a existência do estabelecimento, empreendimento este que gera a subsistência das famílias envolvidas no processo produtivo.

Cabe salientar que as famílias sempre mantiveram laços de trabalho na forma de coletividade entre vizinhos e parentesco, mantendo assim, um trabalho em grupo. Neste sentido, a sociabilidade carrega traços do camponês da antiguidade, onde dividiam e viviam socialmente, conforme cita Tedesco (2001, p, 28):

À autarcia econômica corresponde, de uma certa forma, a autonomia relativa da vida social. A agricultura camponesa tradicional é profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco.

A história da formação da agroindústria Lazzaretti/Picolotto, deu-se através de muita luta e persistência das famílias, com apoio de lideranças comunitárias e municipais. Salienta-se que tais lideranças deram suporte à continuidade de uma atividade voltada a costumes recíprocos, onde ainda hoje trabalham de forma integrada na construção de suas ações sejam elas no campo social, econômico e cultural, obedecendo e respeitando o ambiente em que vivem, ou seja, com respeito ao ecossistema ambiental local.

Segundo Di Domenico, (2010, p. 12), a forma de produção e a venda de produtos conforme um dos produtores, afirmou que antes de começar a agroindústria “trabalhava-se somente com a produção de suínos, feijão, milho e o “caro chefe” era a cultura da soja, como a maioria das propriedades da comunidade é pequena e sem muitas infraestruturas adequadas. Assim, não se tinha a viabilidade de sustentar-se com esse método de produção”. No entanto, precisava-se de novas alternativas que viessem ao encontro da arrecadação de uma renda extra nas propriedades.

Desde então, a maioria dos agricultores na época descapitalizados, sem alternativas para proporcionar mais renda, sem apoio público e de créditos, iniciaram manifestações, movimentos e uma organização de lideranças na comunidade. Uniu-se esta vontade de mudança, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, Igreja Católica e outras entidades. Em 1989 através de um grupo de famílias iniciaram as discussões visando alternativas eficazes para a criação de uma associação de produtores na comunidade. A partir de então teve o início da criação da associação. Conforme um produtor [J. L]:

Começamos a se reunir e discutir o que seria viável naquele momento, então decidimos organizar uma associação de produtores de semente de milho onde o STR ajudou na venda das sementes. Tínhamos nossa sede que era um galpão onde se limpava e se classificava as sementes e depois as repassava para o sindicato e outros produtores, as coisas iam indo bem, decidimos criar na época também um centro de descascador de arroz, para assim, manter uma renda a mais dentro da associação.⁶

A figura abaixo apresenta os integrantes da associação de produção de sementes de milho, em seu início, que anos mais tarde deram início a forma associativa de produção, criando a agroindústria Lazzaretti/Picolotto.



Figura 2- Sócios da agroindústria Lazzaretti e Picolotto, 1989 início da produção de sementes de milho.
Fonte: PICOLOTTO (2006, p. 148).

⁶ Entrevista gravada concedida em 27/12/10, para o autor.

Esse fato só foi possível após a conquista do apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1986. A partir de então, iniciaram-se vários projetos para mudar o antigo modelo de produção, e trazer uma perspectiva de autonomia para os produtores do município. Segundo Picolotto (2006, p. 147): “visualizando o projeto de diversificação e, para propiciar a autonomia na atividade produtiva aos pequenos agricultores, em Constantina foram organizados diversos grupos de agricultores (em associações de cooperação) e construídas diversas experiências”. Neste sentido ressalta-se que uma liderança do processo de constituição da associação que estava à frente do sindicato no período. O mesmo aponta que:

Se construíram várias associações de cooperação agrícola que passaram a desenvolver experiência na forma coletiva algumas delas, outras de semente de milho, outras de adubação verde, enfim, e que teve um papel importante, por que o pessoal produzia a semente de milho e nos conseguia colocar toda a semente de milho. Se desenvolveu, por exemplo, criação de suínos ao ar livre, inicialmente, depois se parou, associações de máquinas, enfim, teve uma série de alternativas que foram sendo trabalhadas. (PICOLOTTO, 2006, p. 147).

A partir de 1990, os agricultores envolvidos na associação, tiveram que mudar a estratégia de produção de semente de milho, passando a discutir como poderiam produzir sem acabar com a forma associativa de produção. Foram vislumbradas novas experiências assim como ressalta Peres;Ramos e Wizniewsky (2009, p. 8):

Sua primeira experiência foi a de produção de milho para semente, após esta surgiram outras como, produção de batata inglesa, criação de suínos ao ar livre entre outras, entretanto, todas não passaram de tentativas frustradas, mas que serviram de suporte para que estes agricultores se organizassem, planejassem e se desafiassem cada vez mais, indo em busca de conhecimento procurando descobrir a razão de suas experiências se consolidado⁷.

No entanto, acabaram sendo tentativas que não vingaram no âmbito local. Foi apenas no ano 2000, com a insistência e persistência na forma associativa de produção que iniciou-se um novo método de produção, a partir do qual a agroindústria Lazzaretti/Picolotto começou sua história de reconhecimento local, regional e estadual.

Um dos sócios o senhor [L.L], tinha em sua propriedade um alambique, onde o mesmo fazia cachaça artesanal para consumo, vendendo o excedente. Como a demanda era grande por este produto, iniciou-se então as transformações e conquistas na fabricação de cachaça.

Através desta idéia os demais sócios que atuavam na produção de grãos, vendo essa alternativa para obter renda na propriedade, foram se interessando e se agregaram a esse

⁷ Anais: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-19.

método de produção, onde continuam até o presente momento. A partir do ano de 2002, criaram novas instalações e desde então, o negócio ganhou amplitude, passando a produzir não somente a cachaça, mas também licores, açúcar mascavo, e doce como melado e “schmier”.

5 RESULTADOS E ANÁLISES

Diante do que foi exposto nos objetivos deste trabalho, num primeiro momento efetuou-se levantamento de informações bibliográfica e posteriormente entrevistas, as mesmas foram efetuadas junto a integrantes da agroindústria Lazzaretti/Picolotto, cooperativa das agroindústrias (COOPERAC) e secretaria do município em estudo.

Em um segundo momento, com os dados adquiridos nas entrevistas, e com o apoio do referencial teórico, associou-se as informações adquiridas na agroindústria em estudo, contemplando a caracterização da agroindústria quanto: a) sistema de produção, b) sistema de comercialização, c) quantidade de matéria-prima produzida em hectares, produção comercializada anual, e renda líquida por família, d) descrições das formas de coordenação e gerenciamento da agroindústria Lazzaretti/Picolotto, e) descrição do quadro institucional e organizacional em que está inserida a agroindústria Lazzaretti/Picolotto.

Através dos resultados obtidos e com a participação das citações dos autores que conhecem e dominam as áreas de desenvolvimento da agricultura familiar, das agroindústrias familiares rurais e do ambiente institucional e organizacional que envolve este setor, foi possível diagnosticar uma associação entre a bibliografia e a realidade do local enfocado.

Neste capítulo efetua-se a identificação e descrição das influências do ambiente institucional e organizacional sobre a agroindústria em estudo, bem como, a participação de autores que conhecem e dominam as regras que esse ambiente rege sobre o funcionamento das agroindústrias familiares, mais propriamente a agroindústria Lazzaretti/Picolotto.

5.1 - Caracterização do Sistema de Produção e de Comercialização da Agroindústria Lazzaretti/Picolotto.

A agricultura familiar dentro de sua forma de trabalho é definida como aquela em que a mão-de-obra ou a força de trabalho é da família, podendo contratar temporariamente outros trabalhadores, (SCHNEIDER, 2003). Neste contexto, identifica-se que a agricultura familiar dentro de sua totalidade é aquela que é vista de forma dimensional, ou seja, desde “o agricultor moderno capitalista até o agricultor que produz especificamente para a sua subsistência”, (PELEGRINI & GAZOLLA 2008, p. 66). Através destas atribuições, demonstraremos um exemplo de participação da agricultura familiar como força de trabalho e forma de subsistência em pequenas propriedades rurais no município de Constantina/RS. Essa trabalhando de forma associativa na produção de matéria-prima, processamento e transformação em derivados de cana-de-açúcar.

A agroindústria em estudo se desenvolve através de Suas atividades, no processamento e transformação da cana-de-açúcar em derivados, voltando suas ações na busca pela viabilidade econômica e social das famílias envolvidas. Anteriormente a esse processo de transformação de matéria-prima, não encontravam-se alternativas que proporciona-se equilíbrio de sustentação das necessidades destas famílias.

No entanto, como aponta Pelegrini e Gazolla (2008), nos membros da agroindústria essa estratégia assegurou não somente uma renda extra, mas trouxe agregação e valor aos produtos elevou o ânimo para as famílias, e principalmente para os filhos dos agricultores da agroindústria, que se encontravam trabalhando em grandes centros urbanos. Pelos relatos identificou-se que três famílias da associação tiveram seus filhos de volta, e hoje estão satisfeitos com o trabalho que desenvolvem e não pensam mais em abandonar o campo. Conforme Peres; Ramos; Wizniewsky (2009, p. 8): “os filhos destes agricultores que, anteriormente estavam trabalhando em grandes centros, como força de trabalho assalariada, retornaram para auxiliar nos serviços de agroindustrialização”.

Quanto à questão econômica, aponta-se que se não fosse introduzida essa forma de trabalho, os mesmos teriam abandonado o campo, hoje diante a complexidade de atividades desenvolvidas dentro das propriedades dos sócios, pode-se considerar que essa alternativa de agroindustrialização veio ao complemento da fixação destes agricultores no meio rural, conformando uma forma de pluriatividade na propriedade (SCHNEIDER, 2003), cita o que se entende por pluriatividade.

A agroindústria Lazzaretti/Picolotto é considerada em seu tamanho estrutural, enquanto empreendimento de porte médio, desfrutando de tecnologias eficientes para o beneficiamento e armazenagem de seus produtos.

Durante o ano, os membros desta cadeia de produção buscam novos conhecimentos de especialização para melhor adaptar-se e se organizarem no referido trabalho. Quando iniciaram essa atividade estavam desprovidos uma série de equipamentos e carentes no que refere-se a conhecimentos teórico práticos. Atualmente contam com equipamentos de última geração, dentre eles: na moagem com moedor movido a motor elétrico, estocagem com câmara fria e armazéns adequados para seus produtos, encanamento com bombas elétricas, máquina com fechamento de embalagens, mesas, frizer, caldeira a vapor que sustenta tachos e alambiques, veículo para comercializar os produtos, dornas⁸ de madeira de 6, 10 e 20 mil litros para armazenar a cachaça, energia trifásica, cisterna de água com capacidade de 40 mil litros, e infra-estruturas cobertas de acordo com as necessidades do trabalho. Nas imagens abaixo se evidencia parte das infraestruturas existentes no local.

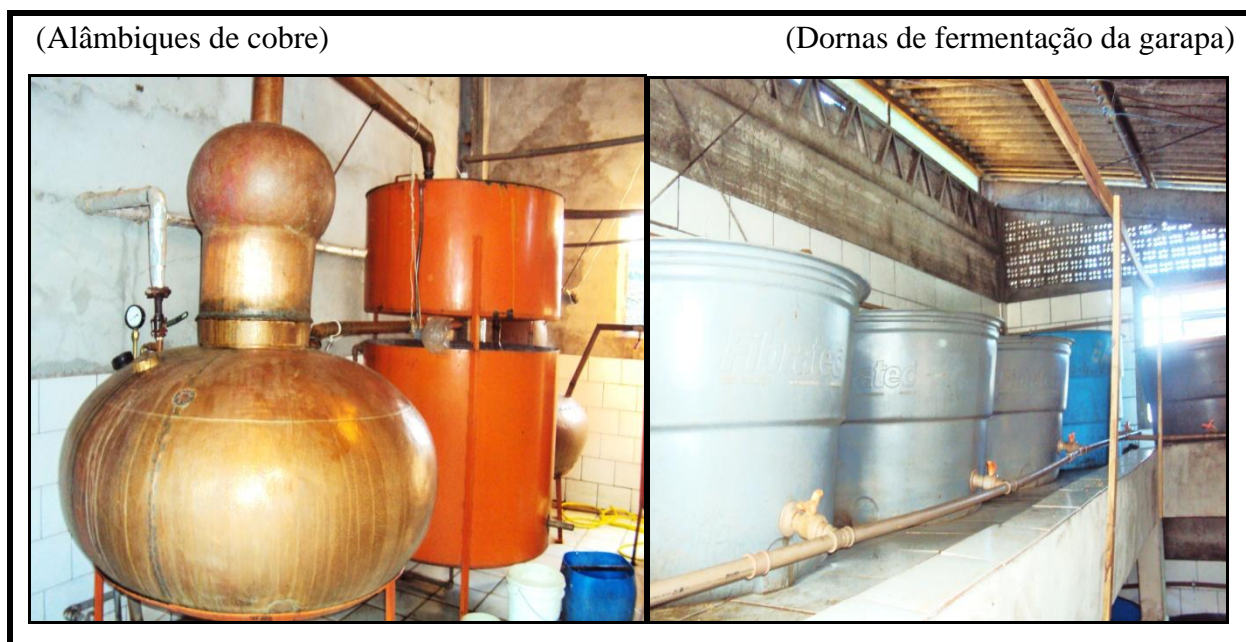


Figura - 3 Infraestruturas da agroindústria Lazzaretti/Picolotto.

Fonte: Trabalho de campo, (2010). Org.: Di Domenico, N.

⁸ N.A.: Recipiente de madeira para armazenar cachaça.

(Batedor de açúcar)



(Tachos a vapor)



(Dornas para armazenar cachaça)



(Depósito de licores)



(Moedor de cana elétrico)



(Infraestruturas externas da agroindústria)

**Figura - 4 Infraestruturas da agroindústria Lazzaretti/Picolotto.**

Fonte: Trabalho de campo, (2010). Org.: Di Domenico, N.

Segundos depoimentos de integrantes da agroindústria, e como destaca Froehlich e Diesel (2006, p. 16), um dos motivos dessa atividade veio por falta de incentivos que não se tinha no início da década de 90, onde não existiam políticas dirigidas para o pequeno agricultor familiar, faltando crédito e não existiam técnicas adequadas, havendo dificuldades para se manter na atividade produtiva naquele momento. Assim, carecia-se de atividades complementares, que viessem para a permanência dos agricultores. Foi com o surgimento do PRONAF em 1996⁹, e com a afiliação em instituições locais, como o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais¹⁰, que se conduziu na luta pela formação de associações, sustentando a idéia dessa atividade como alternativa para continuar estabelecidos no meio rural, mantendo a autonomia dos agricultores na época.

A agroindústria em estudo é de caráter familiar solidário e associativo, conforme relata-nos Pelegrini e Gazolla (2008, p. 100), estes que mantêm “grupo de sangue (parentes)” exercendo uma proximidade social há muitos anos, onde trabalham em conjunto na forma de reciprocidade. O trabalho desenvolvido dentro da agroindústria se faz por meio da mão-de-obra de seus integrantes, que durante a safra duas pessoas por família são destinadas para o trabalho na agroindústria. A agroindústria também contrata, eventualmente, trabalhadores temporários, principalmente no período da colheita da cana, que vai do mês de abril até o mês de outubro, essa mão-de-obra é contratada com diaristas, sendo um total de cinco a sete pessoas no período da safra, totalizando 20 pessoas envolvidas neste período.

Através de Peres; Ramos; Wizniewsky (2009), na agroindústria Lazzaretti/Picolotto até o ano de 2009, utilizava-se somente a tração animal em carroças para o transporte da cana da lavoura até a casa de moagem, bem como para o transporte dos resíduos. Atualmente utilizam tração mecanizada, pois o trabalho com tração animal demandava mais tempo e pessoas envolvidas com o carregamento e transporte.

Percebendo o potencial produtivo desta agroindústria, e pelos relatos de Révillion (2010, p. 1), pode-se afirmar que: “a grande maioria das agroindústrias familiares tem a maior parte, ou a totalidade, de suas necessidades de matérias-primas supridas com a produção

⁹ Como política compensatória da fragilidade de manutenção da atividade, agravada pelos impactos do processo de globalização, que exigiu rapidamente a modernização das estruturas produtivas, o Governo Federal criou o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, que define a política agrícola federal voltada aos agricultores familiares. O PRONAF busca fortalecer as condições técnicas e econômicas que favoreçam a inserção da agricultura familiar no desenvolvimento local (CARVALHO & KUHN, 1999 *apud* SOUZA & ALCÂNTARA, 2009, p. 2).

¹⁰ A influência do STR sobre a agroindústria estudada e para o fortalecimento da agricultura familiar em Constantina é identificada no estudo de PICOLOTTO, (2006), onde é apresentado o início das primeiras formas de trabalho com a ajuda do STR.

própria”. Assim, identificamos que a matéria-prima na agroindústria é produzida em quase toda sua totalidade pelos sócios, observando-se que cada agricultor possui três hectares de cana, totalizando 21 hectares da cultura, representando 95% da capacidade produtiva de matéria-prima própria em relação ao que produzem. O restante da matéria-prima é adquirido de vizinhos e outras propriedades do município que vendem o excedente da produção, segundo Pelegrini e Gazolla (2008, p. 104): “a produção de matéria-prima por parte das unidades é um fator que leva a autonomia das mesmas frente ao mercado [...], é uma estratégia de diminuição de custos de produção”.

Ressalta-se que as atividades são divididas por gênero, onde as mulheres exercem uma marcante presença no trabalho dentro da agroindústria, coordenando a limpeza e processamento do açúcar, melado e “schmier”, Mior (2008, p. 13), aponta que:

Outra dimensão importante é a presença marcante das mulheres agricultoras no processo de constituição e operação das agroindústrias familiares. Trata-se de reconhecer competências e conhecimentos técnicos, geralmente tácitos e organizacionais de grande importância para o bom êxito do empreendimento de agregação de valor.

Os homens por sua vez ficam com o corte, transporte, moagem e beneficiamento da cachaça, fazendo assim o trabalho tido como mais pesado.

Quanto à abrangência geográfica, os canais estratégicos de comercialização, a agroindústria Lazzaretti/Picolotto encontra-se com uma comercialização significativa e abrangente, pois a venda de seus produtos está ganhando espaço devido a sua qualidade, nota-se, no entanto, que os integrantes da agroindústria comercializam a produção no município, e na região¹¹, entregando em bares, restaurantes, tendas de beira de estradas e mercados. Conforme Pelegrini e Gazolla (2008), a produção é comercializada diretamente com os consumidores, ou seja, o comércio denominado de “porta em porta”. Destaca-se também a participação na comercialização em feiras regionais e exposições dentro do Estado, valendo-se dessa como estratégia de divulgação para aumentar a venda e o reconhecimento dos produtos. Os autores atribuem à comercialização das agroindústrias da seguinte forma:

¹¹ “[...] as regiões são subdivisões: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local: são espaços de conveniência, lugares funcionais do todo, um produto social”. (BALBIM, 1996, p 165 *apud* MIDDLEJ, 2004, p. 52).

No estudo de Bezzi (1996, p. 330) *apud* Midlej (2004, p. 53), a região seria: Uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por determinado grupo, o qual também é um elemento constitutivo da identidade [...] [passando] a ser entendida como um produto real, é concreta, existe. Ela é apropriada e vivida por seus habitantes, diferenciando-se das demais principalmente pela identidade que lhe oferece o grupo social.

Atualmente os principais mercados acessados pelas agroindústrias são os seguintes: a) venda direta agricultor - consumidor, que se dá na rua, nos locais de trabalho, nas casas, etc.; b) vendas nos mercados institucionais, como é o caso do Programa de Aquisições de Alimentos (PAA municipais e regionais); c) vendas em pontos de comércio e supermercados municipais; d) vendas em feiras, eventos e exposições agropecuárias em todo o RS; e) Venda em outros municípios da região do Médio Alto Uruguai; f) Vendas na própria agroindústria, por ocasião de visitas de pessoas, turmas de estudantes de universidades, escolas, turistas, etc., dentre outros mercados de menor importância (PELEGRINI & GAZOLLA, 2008 *apud* GAZOLLA; PELEGRINI; CADONÁ, 2010, p. 21).

Vale lembrar que estes produtos são fiscalizados e possuem selo e embalagem de identificação, segundo Peres; Ramos; Wizniewsky (2009, p. 14) ressaltando que: “todos os produtos vendidos por essa agroindústria saem com o rótulo da VITA COLÔNIA, (anexo I), que é a marca de todos os produtos vendidos pela COOPERAC¹², possibilitando assim o procedimento legal de venda dos mesmos”. Assim a mesma se apresenta como estratégia fundamental para comercializar os produtos locais, conforme destaca Révillion (2010, p. 1).

O sucesso de uma estratégia competitiva baseada na diferenciação de produto depende do número de dimensões nas quais ele pode se diferenciar (principalmente embalagem, marca e preço), do avanço tecnológico capaz de modificar suas características, da “publicidade persuasiva” que pode induzir percepções subjetivas de diferença ou de mudanças na renda, demografia ou gosto dos consumidores.

Quanto à comercialização se observa que a agroindústria é muito visitada por excursões de outros municípios, fato que favorece a venda de produtos, destaca-se também o interesse de pessoas que ocasionalmente compram diretamente no local.

Na atualidade a comercialização é feita através de uma caminhonete, onde não há um único indivíduo responsável pela venda, ocorrendo revezamento nesta atividade. Assim, existe sempre duas pessoas envolvidas com esse procedimento. A venda dos produtos é realizada uma vez por semana no município e cada 15 dias nos municípios da região, seguindo o roteiro previamente estabelecido, pois necessita envolver seis municípios. Cabe ressaltar que esse procedimento é realizado durante todo ano.

Salienta-se que pequena parte dos produtos produzidos na agroindústria é vendida na sede da cooperativa, onde essa também influencia na colocação em feiras e exposições de grande representação dentro do Estado (SULZBACHER, 2009). Em se tratando da aplicação de preços nos produtos da agroindústria, os entrevistados afirmam que este é estabelecido juntamente com os demais sócios, onde por meio de reuniões internas analisam o custo de produção e a partir de então estabelecem os preços.

¹² COOPERAC: Cooperativa de Agroindústrias dos grupos de Agricultores Familiares de Constantina. LTDA.

A agroindústria vem se desenvolvendo a cada ano comparando-se com a produção de anos anteriores, destaca-se que a média de toneladas por hectare varia de acordo com as influências climáticas de cada ano. Como parâmetro aponta-se que no ano de 2003 a produção chegou a 60.000,00 litros, já no ano 2004 com a estiagem, a mesma caiu para 35.000.00 litros (PERES; RAMOS; WIZNIEWSKY, 2009).

Pelos relatos dos sócios, a produção de cana de açúcar por hectare na agroindústria é entorno de 60 a 70 toneladas/ha, mas este índice vem melhorando com as novas técnicas de plantio, variedades novas que se adaptam melhor ao local e pelo manejo e adubação específica para a cultura. Segundo depoimento, cada tonelada de cana produz em média de 500 a 600 litros de caldo “garapa”, onde conforme a doçura pode ser extraído aproximadamente 10% do total da garapa em cachaça, restando então aproximadamente 400 a 500 Kg de bagaço.

Sendo a agroindústria diversificada na produção de derivados de cana, encontra-se nela com maior produtividade a cachaça artesanal, onde no ano de 2009 tiveram uma produção de 80.000 litros aproximados do produto, já no ano de 2010, a produção teve um acréscimo, chegando a 90.000 litros do produto. Ressalta-se que a produção de açúcar mascavo vem crescendo de forma extraordinária no município, pois a demanda do produto é grande, no ano de 2009 a produção foi de 10.000 Kg de açúcar, já no ano de 2010 a produção chegou 12.000 Kg do produto. Além disso, afirmam que este índice de produção de cachaça e de açúcar ficou abaixo das expectativas, pois há necessidade de elevar a quantidade na produção de matéria-prima. Na atualidade os agricultores recebem um valor de 3,00 R\$ cada litro de cachaça vendida e, 3,00 R\$ cada Kg de açúcar.

Além da cachaça e do açúcar mascavo, a agroindústria produz licores artesanais, estes produtos possuem essência de frutas do local como: uva, abacaxi, butiá, figo, laranja e pêssago, sendo produzidos de acordo com a demanda do produto. Observa-se que a agroindústria também produz melado e “schmier”, alimentos que passaram a ocupar espaço devido ao programa Fome Zero do governo federal¹³, que a partir dos anos de 2004 e 2005 iniciou a entrega de cestas básicas no município. Cabe destacar que essa agroindústria é a responsável em organizar as cestas do programa Fome Zero, além de organizar o restante dos alimentos que são adquiridos de outros produtores. Segundo Peres; Ramos; Wizniewsky (2009, p. 14) destaca-se que: “este incremento decorreu da oportunidade de atender ao

¹³ Segundo Pelegrini e Gazolla (2008, p. 138), 4,7% das agroindústrias pesquisadas vendem seus produtos para programas governamentais, como é o caso do Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), do MDA, que compra os produtos produzidos pelas agroindústrias familiares via a Companhia Nacional de Abastecimento Alimentar (Conab).

Programa Fome Zero, possibilitando assim a venda direta destes produtos sem precisar ir em busca de mercados, facilitando assim a venda uma vez que o custo com transporte é irrisório”.

Constatou-se assim, que a agroindústria através de sua totalidade de produção anual, consegue fazer com que seus produtos fiquem armazenados de um ano para outro, satisfazendo assim seus clientes. Percebe-se, no entanto, que a cachaça e o açúcar, são os “carros-chefe”, ou seja, os mais vendidos da agroindústria¹⁴. Enfim, com a venda destes produtos sem contar com os alimentos que são destinados para o Fome Zero, cada agricultor recebe uma renda mensal líquida de dois salários ao mês.

As famílias envolvidas nesta agroindústria além de terem sua participação contínua no processamento de derivados de cana, ainda ocupam-se com outras atividades dentro de suas propriedades, onde co-existem um conjunto de atividades, tanto para o autoconsumo como para comercialização, (WESZ; JUNIOR, 2009). No entanto, encontramos na agroindústria em estudo atividades como: produção de leite em todas as propriedades, criação de suínos e aves, além de plantações anuais de inverno e verão, cultivando pastagens, milho, feijão, e outros produtos de subsistência.

Ao questionar sobre viabilidade, ou forma como os agricultores perceberam a modalidade de agroindustrialização como negócio, destacam que, essa é uma alternativa que complementa as necessidades das famílias, pois só com a atividade do leite e com uma escassa quantidade de produto de sua produção não teriam condições de manter as propriedades.

Nesse sentido, os agricultores familiares continuam residindo e produzindo as demais culturas dentro da unidade de produção, seja para a comercialização e/ou para o seu autoconsumo, mesmo porque, e como já assinalado, nem sempre a agroindústria representa a atividade principal. (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2008, p. 14).

Diante desta realidade destaca-se que:

[...] a atividade de beneficiamento da produção com fins de comercialização traz uma maior autonomia aos agricultores, o que “lhes possibilita criar espaços de manobra para se contrapor ao regime sociotécnico prevalecente na agricultura modernizada e à gramática da globalização, criando formas de inserção diferenciadas aos circuitos mercantis, que não colocam em risco a reprodução do grupo familiar” (WESZ JUNIOR & NIEDERLE, 2007 *apud* WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2008, p. 12).

¹⁴ Ao assumir o “carro-chefe” na geração de renda, a agroindústria passa a exigir outras tantas demandas (decorrentes inclusive do aumento – necessário– da escala de produção). Esse limiar é um dos pontos de estrangulamento daquela premissa básica: agroindústria familiar rural. Uma estratégia para fortalecimento da agricultura familiar e, portanto, de reprodução socioeconômica. (SULZBACHER, 2009, p. 115)

Os produtores salientam que essa é uma oportunidade estratégica, pois estavam sendo prejudicados com fatores climáticos e oscilações de preço na venda de sua produção, tendo anos que passavam por muitas dificuldades, destaca-se que no município surgiram diversas estratégias, dentre elas na atividade leiteira, na citricultura, vitivinicultura e outras agroindústrias.

Ao questionar sobre as influências a respeito da legislação ambiental e sanitária na agroindústria, estes dizem, que quando iniciaram as atividades de processamento, existiam problemas direcionados em ambos os órgãos, quanto à questão sanitária o local não apresentava condições que acompanhassem um regulamento específico, já nos dias atuais, fazem o possível para diminuir riscos de contaminação, pois são observados pelo (SIM-Serviço de Inspeção Municipal), sendo vistoriados por técnicos da Prefeitura Municipal. Mas isso ainda não é o suficiente, pois os mesmos precisam estar enquadrados no órgão governamental do MAA (Ministério da Agricultura e Abastecimento), que é responsável pelo registro de bebidas, na atualidade os produtos das agroindústrias são fiscalizados de acordo com sua origem, assim como argumenta Schultz (2001, p. 143).

A inspeção sanitária está ligada a dois principais órgãos governamentais da esfera municipal, estadual, e federal: agricultura e a saúde. A divisão se dá conforme o tipo de matéria-prima utilizada que dá origem aos alimentos: produtos de origem animal, ligados à agricultura (SIF – Serviço de inspeção federal, SIE – Serviço de Inspeção Estadual, SIM – Serviço de Inspeção Municipal) e produtos de origem vegetal ligados à saúde e vigilância sanitária (Ministério da Saúde) exceto as bebidas que devem ser registradas junto ao MAA.

Os agricultores comentam ainda a necessidade de se enquadrar na legislação da (ANVISA) Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, e no registro no (MAPA) Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, mas ao mesmo tempo argumentam carências na adaptação a estes órgãos, pois é alta a tarifa de impostos para o setor.

Na questão ambiental, os maiores problemas estão direcionados ao cuidado para com o local a infraestrutura da agroindústria, pois a estrutura física está muito próximo a um riacho, onde se não houver cuidado com os resíduos, as mesmas poderão causar transtornos físicos para o seu entorno. Além disso, a quantidade de lenha consumida na queima carece de procedência, com autorização da fiscalização para o consumo, e por fim, encontra-se a utilização da prática na queima de algumas áreas de cana, isso acarreta complicações internas, pois existe o risco de multas por tais práticas, além dos prejuízos ambientais.

Na atualidade, os órgãos responsáveis pela questão da fiscalização ambiental na agroindústria é a própria Prefeitura Municipal, ainda no município encontram-se presentes a fiscalização da FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental), Brigada Militar Ambiental e (IBAMA) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, que seguidamente observam a área do município.

Conforme relatos e esclarecimentos dos integrantes da agroindústria e também da Prefeitura Municipal a preocupação é os esforços consistem no foco de se enquadrar e formalizar o (SUASA) Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária, que é o órgão responsável em assumir as normatizações e a fiscalização de produção e comercialização dos produtos de origem animal e vegetal nas agroindústrias familiares e a inspeção sanitária. No entanto;

Esse sistema visa à harmonização e a padronização dos procedimentos de inspeção nos diferentes esferas governamentais. São previstos os seguintes sistemas de inspeção sanitária: sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem vegetal; sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem animal; sistema brasileiro de inspeção de insumos agrícolas; e sistema brasileiro de inspeção de insumos pecuários. (RÉVILLION, 2010, p. 2).

Como vimos anteriormente, a agroindústria faz a distribuição e venda de seus produtos diretamente, não ocorrendo à participação de um único comprador, mas sim de vários, onde são vendidos diretamente para os consumidores finais, constata-se que não há o intermédio ou a contratação de terceiros para vender sua produção.

O armazenamento dos produtos desta agroindústria é feito através de sacos plásticos para o açúcar, onde estes se dividem em sacos de 1 kg e sacos maiores que fica de 15 a 20 kg do produto, já a cachaça fica nas dornas de madeira, onde é comercializada em litros “pet”, e também em recipientes de polietileno de 200 litros, quando na região. Nas feiras e exposições a cachaça e licores são vendidos em embalagens especiais de vidro, com o selo da cooperativa e a identificação da marca da agroindústria denominada “Bom Gole”. Nas figuras abaixo, estão representados os produtos da agroindústria em estudo:



Figura – 5 Cachaça e licores da agroindústria em ponto de comercialização.
 Fonte: DI DOMENICO, (2010).



Figura – 6 Açúcar mascavo e melado da agroindústria em ponto de comercialização.
 Fonte: DI DOMENICO, (2010).

Quanto ao planejamento para a demanda, a mesma é influenciada de acordo com sua produção, conforme a safra, se essa tiver números acima daqueles esperados, passam a expandir suas vendas. Ressalta-se ainda que essa agroindústria possui uma negociação aberta entre fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos, onde negociam com cooperativas de produção os insumos a serem utilizados na cultura da cana. As máquinas e equipamentos são adquiridos de empresas de fora, ocorrendo uma negociação através da apresentação de nota fiscal, onde o dinheiro é repassado pelos próprios agricultores. Nos financiamentos de investimento ocorre à compra na forma de contrato formal com o banco, através do PRONAF investimento agroindústria, onde este oferece até três anos de carência e cinco para pagamento, facilitando assim a compra pelo agricultor, aqui a empresa fornecedora recebe o dinheiro após liberação de financiamento, é bom lembrar que essas negociações se faz na maior parte via contato telefônico com as empresas.

As embalagens utilizadas são provenientes de empresas especializadas, onde se busca o menor custo, geralmente o preço da embalagem de açúcar de 1 Kg, fica entorno de 0,10 centavos a unidade enquanto a embalagem “pet” 0,40 centavos a unidade.

É importante mencionar que dentro da agroindústria existe uma responsabilidade em relação ao setor de produção, onde se identifica normas e regras constantes para que o produto fique com uma qualidade uniforme. Neste momento insere-se a questão do “saber fazer”, a técnica e a fiscalização da Prefeitura Municipal através do SIM, sendo estes os requisitos de reconhecimento da qualidade do produto e da agroindústria, segundo Silveira (2006) *apud* Sulzbacher (2009, p. 14),

Chama a atenção para a importância da “arte de produzir” (saber-fazer) que está implícita na produção artesanal de alimentos e que tem no conhecimento intergeracional seu valor simbólico-cultural, elemento chave que garante um produto diferencial. Enquanto isso, o saber técnico refere-se àquele cujas “seqüências de técnicas a fim de chegar ao produto final” são passíveis de serem reproduzidas em qualquer circunstância ou por qualquer sujeito, desde que antecedidas de formação específica.

Isso acontece com os produtos, onde existe uma pessoa responsabilizada pelo serviço. A qualidade da produção também é influenciada pela cooperativa das agroindústrias do município que oferece um CNPJ e selo de identificação de produto da agricultura familiar, assim, sendo certificada e fiscalizada pelo SIM, (Sistema de Inspeção Municipal), controlado por técnicos da prefeitura. Essa sendo uma característica que favorece o funcionamento da agroindústria, conforme ressalta Mior (2008, p. 3):

Outra característica importante é que a transformação da atividade de processamento de alimentos em agroindústria familiar rural vem acompanhada da internalização dos aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de regulação pública.

Constata-se, no entanto, que não há custo algum para a certificação destes produtos por parte dos agricultores que possuem agroindústrias.

As famílias envolvidas com essa agroindústria como as demais da comunidade são muito envolvidas nas atividades sociais, onde estão envolvidas e associadas com Sindicato dos Trabalhadores Rurais, partidos políticos, cooperativas de produção e de crédito, e muito atuantes e participativas com a Igreja Católica da comunidade, onde possuem infraestruturas para lazer para os finais de semana, acontecimentos de festas, jogos de futebol, bochas e bailes, também nota-se uma integração muito forte entre famílias, com visitas e troca de favores. Neste mesmo sentido Sulzbacher (2009, p. 63) sustenta que: “O lazer passa a ser

considerado a partir da participação ou dedicação do grupo familiar em atividades sociais, em especial aquelas extra-propriedades como festas, visitas a amigos e familiares, viagens de turismo”.

Argumentam que essas instituições citadas acima sempre estiveram presentes no favorecimento de uma qualidade de vida digna para os agricultores, isso vem de muitos anos atrás, desde seu surgimento, antes da formação da associação e agroindústria, e nos dias atuais continuam dando suporte para suas necessidades e para o fortalecimento da agroindústria. Destacam que é fundamental o apoio de todas as instituições e organizações que se tem no município, pois “[...] o apoio é importante, sozinho a gente não consegue fazer nada [...]”¹⁵, assim ressalta o entrevistado.

Em se tratando da assistência técnica para o cultivo da cana-de-açúcar e para o procedimento de processamento dentro da agroindústria, este nos repassa que a prefeitura, Emater e cooperativa colaboram na questão das análises do solo e no manejo adequado, com a introdução de insumos na lavoura, e variedades de cana que se adaptam no local, somente percebe-se a falta na presença de assistência no beneficiamento da produção.

Na atualidade em se tratando de políticas públicas existentes para a atividade de agroindustrialização de produtos para a agricultura familiar, dizem que através do PRONAF facilitou-se a aquisição e o melhoramento nos investimentos dentro da agroindústria e também nas propriedades, possibilitando assim, a aquisição de melhorias a infraestrutura da agroindústria, isso ocorre com a participação do STR apoiando a formulação de novas políticas que há anos desempenha uma política voltada para a agricultura familiar, onde se concretizam uma série de avanços atuais para a agricultura, desde o PRONAF, PROAGRO e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), sem contar de outros tantos que estão ajudando os agricultores no seu trabalho no campo. No entanto, segundo Pelegrini; Gazolla; Cadoná (2010, p. 20) encontraram como exemplos de políticas públicas e instituições que apóiam a dinamização de atividades de agroindustrialização as seguintes instituições e políticas:

O Banco Nacional da Agricultura Familiar (BNAF); a Emater dos municípios; as Prefeituras Municipais; políticas públicas como o Programa de Agroindústria Familiar (PAF), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Territórios Rurais, recursos alocados pela Mesorregião da Grande Fronteira MERCOSUL via o Ministério da Integração Nacional; os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) em alguns casos; as Universidades e seus investigadores (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões

¹⁵ Entrevista gravada concedida em 27/12/10, para o autor.

(URI), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade do Rio Grande do Sul (UERGS), etc.

Dentro do ambiente institucional e organizacional da agroindústria estudada temos a COOPERAC, que é a Cooperativa das Agroindústrias de Constantina e Região, onde essa exerce um papel de organização da produção das agroindústrias e também ajuda e colabora nas vendas de parte da produção em sua sede no município, e ainda nas feiras de grande representação dentro do Estado.

Para uma melhor organização na forma de produção e conhecimento sobre o que fazem, contam que participam de cursos relacionados a essa atividade, que são oferecidos pela Emater, secretaria da agricultura, STR e outras entidades aqui dentro do Estado do RS, Sulzbacher, (2009), também aponta essa participação das entidades no município.

Segundo depoimento, uma das principais mudanças que tiveram com a introdução da agroindústria foi a questão financeira, pois anteriormente só viviam com a venda de grãos que era anual e de alguns poucos animais das propriedades. A partir da agroindústria, conseguiram adquirir automóvel, eletrodomésticos novos, roupas, melhoramento na alimentação, participação constante em festas nas comunidades do município, assim melhorando a auto-estima dos agricultores. Nesta mesma lógica, encontramos relatos observados pelos autores Pelegrini; Gazolla e Cadoná (2010, p. 18), como a seguinte:

As principais melhorias que foram encontradas na pesquisa de campo com a produção das novidades foram: a) melhoria da renda do grupo familiar, propiciando a aquisição de roupas novas, eletrodomésticos, áreas de terra, carros melhores, ir a festas que antes não tinham condições, acesso a novos produtos e serviços, etc.; b) melhoria da auto-estima pessoal e familiar através do reconhecimento pelos vizinhos, de pessoas conhecidas e atores sociais do seu sucesso na atividade de agroindustrialização.

Em relação ao trabalho que praticavam na agricultura antes ao processo de agroindustrialização contam que a coletividade ficou ainda mais presente, assim sendo uma estratégia importante para o funcionamento da agroindústria.

Enfim, os integrantes da agroindústria ressaltam que os principais objetivos para o futuro com relação à produção, é aumentar sua produção de derivados de cana-de-açúcar, e a comercialização para outros Estados, e que possam se enquadrar na legislação facilitando assim a comercialização.

5.2 - Descrição dos Ambientes Institucionais e Organizacionais, Relacionando às Agroindústrias Familiares, no Município de Constantina.

De acordo com as entrevistas, viu-se que tanto a cooperativa quanto as agroindústrias, dependem dos ambientes institucionais e organizacionais para se beneficiar e atuar no seu processo de produção. Constatou-se, no entanto, que as AFRs apresentam limitações colocadas pelo ambiente institucional, como leis, regras, normas e fiscalização para o seu funcionamento, comprometendo assim a viabilidade das mesmas, conforme Sulzbacher (2009, p. 21) sustenta que:

A escala de produção é um dos pontos conflitantes na consolidação da AFR, em função das exigências colocadas pelo ambiente institucional. Ao atender às demandas de registro, inspeção sanitária e ambiental, as unidades acabam por fazer necessárias alterações nas estruturas ou mesmo a construção de espaço próprio para o processamento.

Constatou-se que as agroindústrias e sua cooperativa surgiram devido ações organizativas das entidades locais, como o STR, Emater e poder público municipal.

Quanto às políticas específicas direcionadas para a cooperativa e agroindústrias, constata-se o PRONAF agroindústria como responsável para a aquisição de infraestruturas e equipamentos necessários para seu funcionamento, de acordo com Bitencourt; Satolani; Corrêa (2008, p. 9): “o ambiente institucional tem um enfoque macroanalítico, o qual trabalha com variáveis relacionadas: política, legislação e as instituições as quais formam e estruturam os aparatos regimentais de uma sociedade”.

Para se compreender melhor a ligação entre os ambientes institucionais e organizacionais que estão relacionados com as agroindústrias no município de Constantina/RS, mais propriamente com a organização que faz intermédio para o funcionamento e fortalecimento destas agroindústrias a COOPERAC na qual conforme ressalta Schultz (2001, p. 152):

O quadro institucional está relacionado ao conjunto de regras, normas, crenças e valores, tanto formais quanto informais, que restringem o comportamento dos indivíduos e criam uma estrutura que permita a interação humana nos campos políticos, sociais e econômicos. Já o quadro organizacional é aquele composto pelas organizações que representam o comportamento cooperativo, de indivíduos que se unem em busca de determinado fim, constituindo grupos políticos, sociais, educacionais e econômicos. Organizações estas cuja finalidade de viabilizar e facilitar o processo de interação entre os agentes que compõe uma cadeia produtiva.

Conforme abordagens anteriores, relacionando o ambiente institucional e organizacional, em se tratando do incentivo e a criação de agroindústrias familiares no município em estudo, identifica-se que muito se precisou fazer para adquirir os resultados que se tem hoje nesta área, como verificado por Picolotto (2006), este através de seu trabalho demonstra que tudo começou com o movimento dos agricultores do município, juntamente com o STR, a partir de 1986 com a conquista do mesmo, foram adquiridas várias experiências de organização entre elas:

Em Constantina exemplos de formação de uma nova institucionalidade podem ser apontados com a seguinte ordem: o sindicato a partir de 1986 passou a assumir serviço de assistência técnica e de atendimento na área da saúde, em 1991 foi criada a COOPAC objetivando dar suporte operacional e fomentar alternativas de renda aos pequenos agricultores, em 1998 criou-se a entidade da CRESOL para facilitar acesso aos serviços bancários e políticas públicas, mais recentemente foram criados a COOPERAC objetivando dar suporte e qualificar as agroindústrias familiares e a COOPERHAF para intermediar políticas públicas para a habitação rural e uma associação de jovens rurais para viabilizar o acesso ao crédito fundiário.(PICOLOTTO, 2006, p. 214).

Já para Sulzbacher, (2009, p. 81),

O sindicato estimula uma nova organização social e política, com a formação de associações, grupos de cooperação agrícola e com o envolvimento dos agricultores inclusive na realização de estágios, visando à busca por tecnologias alternativas. Esta conjuntura conduziu a relações de produção coletivas e à adoção de outras estratégias para a reprodução das unidades de reprodução.

Além destes ambientes institucionais, ou essas organizações que foram conquistadas para o fortalecimento da agricultura familiar e posteriormente para as agroindústrias, a cooperativa COOPERAC, identifica-se outras instituições que deram suporte em projetos e programas para as agroindústrias familiares e supostamente para a cooperativa, como exemplo temos a FETRAF-SUL, segundo depoimento do técnico da secretaria de agricultura do município, as principais entidades que deram contrapartida para a formação das agroindústrias foram:

A COOPERAC na verdade nasceu de uma necessidade de nossas agroindústrias já constituídas no município de se organizar de alguma forma né, então a partir da secretaria da agricultura, isso em parceria com o STR, a Emater, a FETRAF-SUL que é a federação dos sindicatos, também tem um papel político importante na questão mais de governo de Estado, governo federal também foi parceira para que essa cooperativa hoje fosse uma realidade inclusive a CRESOL, com certeza uma parceira forte na questão dos financiamentos né, ou seja, 99 % das agroindústrias

hoje que tem em Constantina é financiada pela CRESOL, através dos recursos do PRONAF agroindústria¹⁶.

Ainda dentro deste contexto de identificação de apoios destinados para as agroindústrias do município, encontram-se outros parceiros que ajudam na comercialização em feiras de grande representação, sendo assim apoiadas pelo MDA, (Ministério do Desenvolvimento Agrário) que em parceria com o estado conseguem abrir canais de comercialização, divulgando assim, a marca e os produtos das agroindústrias locais.

Percebe-se que na atualidade que a Prefeitura Municipal juntamente com a secretaria de agricultura, desempenha diretamente e indiretamente o SIM, a inspeção municipal, com técnicos e veterinários credenciados, também dá assistência técnica, assessorando técnicas de produção de matéria-prima, instalações adequadas ao funcionamento das agroindústrias e ainda é responsável pelo departamento ambiental, agilizando licenças e o processo da instalação das agroindústrias. Ressalta ainda que a prefeitura no final do ano de 2010 repassou uma caminhonete furgão para a cooperativa, onde essa ficou sob comodato para a mesma, e serve de transporte para os produtos para todos os eventos que acontecem no Estado, assim não dependendo de transporte externo.

Identifica-se através de Sulzbacher, (2009) quanto Picolotto (2006), que as entidades municipais, o STR, a COOPAC, a Emater, CRESOL e Prefeitura Municipal mantiveram vínculo para o surgimento e fortalecimento das agroindústrias e sucessivamente da COOPERAC, e nos dias atuais ainda mantém apoios, sendo uma junção de forças para o setor, ajudando em projetos, comercialização, assistência e licenciamento.

Ao questionar qual a política pública que mais se identifica e que está ajudando as agroindústrias e a cooperativa, colabora dizendo que o PRONAF agroindústria veio para complementar essa necessidade de crédito, sendo que os juros são simbólicos dando maiores condições para os agricultores, “[...] graças a essa política pública que hoje a gente tem ali 15 agroindústrias no município [...]”. Em se tratando de inspeção pelo SIM, argumenta ainda que estão buscando experiências em São Miguel do Oeste/Santa Catarina, onde nesta cidade este sistema é regionalizado, assim, “[...] fazendo um consórcio entre ali 20 a 30 municípios, contratando assim uma equipe de inspeção única, com veterinários, agrônomos, bioquímicos, engenheiro de alimentos, técnicos e auxiliares [...]”, aonde estes vão se responsabilizar por todas as agroindústrias dos municípios que estão inseridas no consórcio. Conta ainda, que no município existe sim agroindústrias que são fiscalizadas por outros órgãos estaduais, mas essas não são associadas à COOPERAC.

¹⁶ Entrevista concedida pela secretaria de agricultura do município ao autor da obra em janeiro de 2011.

As agroindústrias que são associadas à cooperativa somente são fiscalizadas pelo SIM em se tratando de produtos de origem animal, já os produtos de origem vegetal, como açúcar, sucos e padarias são fiscalizados através da coordenadoria regional da secretaria estadual da saúde, é este órgão que dá a liberação, ou seja, o alvará. Portanto, há a necessidade de uma legislação que formalize definitivamente estes empreendimentos, porém há custos altos no momento, segundo a FETRAF-SUL/CUT (2006, p. 78):

A sobrevivência destes empreendimentos isoladamente, no mercado formal, não é tarefa fácil, pois os gastos com taxas e impostos levam a um aumento na escala de produção, que acarretam um aumento nos custos operacionais, além de exigir capacitação para novas práticas na industrialização dos produtos e uma gestão mais organizada, com o controle mais detalhado das receitas e despesas, do que normalmente é praticado na agroindústria informal.

Vimos aqui que o ambiente institucional representa as “regras do jogo”, ou seja, estes “moldam os mercados e definem os limites da conduta das empresas”.

No entanto, as instituições e organizações citadas anteriormente, influenciam diretamente para qualquer tipo de ajuda que a cooperativa e as agroindústrias necessitem, sendo uma estratégia de desenvolvimento rural. Em se tratando de estratégias, estas tanto de produção quanto de comercialização dentro das agroindústrias familiares, podem ser percebidas como estratégia de diversificação e diferenciação, portanto, “uma estratégia é um plano que integra as principais metas, políticas e seqüência de ações de uma organização em um todo coerente. Uma estratégia bem formulada ajuda a ordenar os recursos de uma organização para vencer no processo concorrencial” (MIELE; WAQUIL; SCHULTZ, 2010, p. 10).

Por fim, cabe ressaltar que essas estratégias de diversificação e diferenciação de produtos pelas agroindústrias fizeram com que a cooperativa das agroindústrias enquanto organização buscasse novas alternativas de comercialização, focando desta forma novos mercados. Com a presença da diferenciação de novos produtos e a evidência de características específicas dos produtos como, a embalagem, a marca, o sabor, a qualidade e por ser de origem familiar, percebe-se esses elementos como estratégias que beneficiam o andamento das agroindústrias familiares no município em estudo, com isso:

As estratégias no próprio negócio estão relacionadas com a possibilidade de diferenciação dos produtos e serviços (dependem da habilidade em fazer os clientes perceberem estas diferenças), bem como à maneira como a organização enfoca os mercados (escopo). (MIELE; WAQUIL; SCHULTZ, 2010, p. 12).

Enfim, verifica-se que as agroindústrias familiares encontram limitações estratégicas de inserção e competição no mercado, mas estes acontecimentos estão direcionados a questões externas, que o ambiente institucional oferece para o setor, um exemplo é a questão da legislação.

5.3 - Identificação das Influências dos Ambientes Institucional e Organizacional Sobre o Desempenho da Agroindústria Lazzaretti/Picolotto.

Em se tratando das influências do ambiente institucional e organizacional sobre a agroindústria Lazzaretti/Picolotto, identificou-se que, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater, poder público municipal, juntamente com cooperativas de crédito e cooperativas de produção, conseguiu-se suporte necessário para o surgimento de associações de produção e de agroindústrias familiares, estas incentivando o processamento, legalização “fiscalização” e comercialização dos produtos agroindustrializados pelas agroindústrias familiares, segundo autores, Kageyama *et al.*, (1987) *apud* Miele; Waquil; Schultz, (2010, p. 6) estes reforçam que: “neste contexto, as associações representativas tiveram papel central como instrumento de negociação, interlocução e pressão política”.

Verificou-se que este ambiente também é responsável em redimensionar as normas e regras de produção e circulação destes produtos, fazendo inspeções sanitárias e responsabilizando-se em suprimentos que legalizem o funcionamento das mesmas, enfim, é importante considerar que a tradição do povo deste local é fundamental para a produção e consumo destes produtos, segundo Miele; Waquil; Schultz (2010, p. 6) deve-se relevar que: “É importante mencionar que o ambiente institucional também é formado pela tradição, pelos costumes e pela cultura local e regional, os quais determinam em grande parte hábitos de consumo, de produção e de distribuição”.

Através dos relatos adquiridos com o presidente da cooperativa, sócios da agroindústria e secretaria de agricultura, constatou-se que sem o apoio das entidades locais, nada se teria feito na questão da agroindústria em estudo, no entanto, complementam que todas as entidades citadas auxiliaram para a constituição da agroindústria e da cooperativa, sendo que a prefeitura foi quem deu o “ponta pé” inicial, onde em forma de comodato¹⁷ repassou equipamentos para se iniciar as agroindústrias.

¹⁷ Empréstimo em forma de contrato para uso temporário de equipamentos onde este pode ser por prazo determinado e indeterminado.

Como visto anteriormente na caracterização da agroindústria em estudo, suas principais transações se dá através da organização de seus componentes, onde através de reuniões internas toma as decisões sobre qualquer atitude que comprometa seus procedimentos, portanto, as transações principais estão vinculadas a compra de insumos como, adubos, fertilizantes e agrotóxicos em cooperativas locais identificando-se transações na compra de equipamentos internos, com indústrias que fornecem determinados produtos, ocorrendo contratos formais, e por fim, atuam na transição final, fazendo a venda direta para consumidores.

A integração entre os elos da cadeia agroindustrial desta agroindústria se dá através de financiamentos com a montante, ou seja, a fornecedora de insumos e equipamentos, onde cooperativas de crédito do município apóiam e liberam créditos com tempo indeterminado para pagamentos. Geralmente este processo é coordenado com duas a três pessoas da agroindústria, onde depois relatam as negociações juntamente com os demais integrantes. As decisões de compra e venda são sempre discutidas em assembléia entre os associados, assim, todos determinam o que é necessário para o crescimento do estabelecimento.

Observa-se que a influência do ambiente organizacional do município sobre a agroindústria Lazzaretti/Picolotto e nas demais, deu-se com o apoio de tais organizações.

Constatou-se que a primeira agroindústria foi criada no ano de 1999, identificada pelo nome associação São Pedro Deon, com recursos na época do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais), sendo única estratégia de recurso na época, essa agroindústria iniciou seu trabalho no processamento de açúcar mascavo na forma associativa e continua até os dias atuais, como destaca Sulzbacher (2009, p. 80): “o marco temporal data do ano de 1999, oportunidade em que foi formalizada uma das primeiras agroindústrias de beneficiamento de cana-de-açúcar para a produção de açúcar mascavo. Esta agroindústria foi construída a partir do associativismo”.

A partir do ano de 2001, com mudanças da administração no município, passou um enfoque maior na questão das agroindústrias, nos anos subseqüentes, no ano de 2002 e 2003 surgiram diversas agroindústrias, sendo que a cooperativa das agroindústrias do município de Constantina foi formada no ano de 2003, contando naquele ano com 10 agroindústrias associadas (SULZBACHER, 2009). Sendo que na época, nove destas encontravam-se situadas no município de Constantina, e uma do município de Sarandi/RS. Nos dias atuais, a cooperativa está aberta a associação de novas agroindústrias, mesmo que seja de outros municípios. Na tabela seguinte temos a representação das agroindústrias associadas à COOPERAC.

Agroindústria	Município	Cadeia Produtiva	N Fam.	N Pess.	Jovens	Trab/agro.
Jotti	Constantina	Suínos	3	6	4	6
Grison	Constantina	Cana de açúcar	4	15	5	10
Lazaretti/Picoloto	Constantina	Cana de açúcar	7	28	6	14
São Pedro Deon	Constantina	Cana de açúcar	5	20	3	10
Ludke	Constantina	Leite	2	4	2	4
Lazaretti/Conteratto	Constantina	Leite	2	10	3	2
Lasta	Constantina	Leite	2	5	3	3
Dalpiaz	Constantina	Suínos	2	4	3	3
Lazaretti	Constantina	Suínos	4	16	5	8
Sucos Carbonari	Sarandi	Uva	2	5	3	5
Berton	Constantina	Cana de açúcar	1	4	1	1
Largo	Constantina	Suínos	4	12	6	10
Tonin	Constantina	Suínos	2	9	4	4
Vitorazzi	Constantina	Suínos	2	4	2	4
Lazaretti/Zatti	Constantina	Suínos	3	10	4	6
Delícias Caseiras	Constantina	Panificação	1	3	1	3
Moinhos Passaia	Constantina	Farinhas	1	4	2	4
Zatti	Novo Xingú	Cana de açúcar	3	10	4	5
Rossetto	Lib. Salzano	Suínos	1	2	0	2
Tozzi	Lib. Salzano	Suínos	2	4	2	4
TOTAL	20 Agroin.		53	175	63	108

Quad

ro - 1 Situação atual de agroindústrias associadas à COOPERAC.

Fonte: Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura. (2010).

Essa cooperativa teve como experiência a União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF), a partir de sua constituição foram realizados diversos cursos de capacitação nas diversas áreas de produção, estes promovidos pela APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense), sendo “[...] uma instituição filantrópica que presta serviços pros pequenos agricultores, e através da (APACO) eles criaram a (UCAF) que é uma cooperativa que tem os moldes da COOPERAC, através deste exemplo que a gente construiu a COOPERAC [...]” ressalta o técnico [J.M]. Ainda dentro deste contexto, essas experiências no estado vizinho através da (APACO) e da (UCAF) têm o seguinte objetivo:

Visando atender as novas exigências da regulação e, ao mesmo tempo, entrar no mercado de produtos diferenciados, constroem experiências de uso de marcas e selos coletivos de qualidade. Como o apoio da Apaco parte significativa das agroindústrias familiares construíram, no final dos anos 90, a Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF) como uma base de serviços de apoio como: assistência técnica, contabilidade e de mercado (marketing, código de barras,...). Além da Apaco a constituição da UCAF contou com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Serviço Público de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina através do Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar da Epagri de Chapecó. (MIOR, 2008, p. 18)

A partir do ano de 2003 a COOPERAC participa pela primeira vez em uma feira de grande representação, a Expointer, que continua até os dias atuais, não só neste caso, mas em outras em todo o território do Estado e fora dele. No ano de 2004 foi contratada uma empresa

de marketing de Passo Fundo/RS, onde neste mesmo ano ocorre o lançamento da logomarca VITA COLÔNIA, favorecendo assim o reconhecimento dos produtos das agroindústrias familiares do município.

Com o crescimento e estabelecimento de agroindústrias no município, e com a preocupação de organização dos agricultores para qualificar os produtos das agroindústrias, ocorreu à necessidade de buscar um espaço para comercializar estes produtos, no entanto, segundo Sulzbacher, (2009, p. 85): “em 2007, a COOPERAC criou o Quiosque da Agricultura Familiar, a fim de garantir um ponto de comercialização tanto dos produtos das agroindústrias e/ou famílias associadas como dos demais agricultores familiares”.

Na figura abaixo temos a ilustração do quiosque e sede da COOPERAC, com a exposição de alguns dos produtos que são vendidos no estabelecimento.



Figura - 7 Quiosque da Agricultura Familiar.
 Fonte: SULZBACHER (2009, p. 86).

Ao questionar sobre a promoção de cursos de capacitação na época do surgimento das agroindústrias até os dias de hoje, ressalta que através do STR, juntamente com FETRAF-SUL, CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares)¹⁸ e Prefeitura Municipal, foram iniciados os cursos de capacitação na área de agroindústrias. A partir do ano de 2011, juntamente com o CESNORS (Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul) acontecem cursos de panificação, embutidos, queijos, boas práticas de fabricação e ainda na área de gestão, isso tudo aqui na microrregião.

Para entender melhor o porquê da constituição da cooperativa das agroindústrias e a atuação e forma de trabalho que a mesma exerce, buscou-se através da secretaria de agricultura com o técnico [J.M] e o presidente da cooperativa as seguintes atribuições:

[...] digamos assim, se todas as agroindústrias fossem constitui empresa o agricultor deixaria de ser assegurado especial do INSS na questão de modelo de produtor pra se micro empresário né assim, ele é sócio de uma cooperativa, ou seja, a propriedade jurídica de todas as agroindústrias é a COOPERAC, sendo que cada um é dono de seu estabelecimento.

Essa cooperativa além de propiciar uma jurisdição para as agroindústrias possibilitou uma marca fixa, ou seja, um rótulo um selo de identificação, onde este é reconhecido como VITA COLÔNIA, sendo para todos os produtos produzidos pelas agroindústrias, facilitando o reconhecimento e a comercialização. No que se trata da comercialização, se a venda for para mercado, a cooperativa fornece nota eletrônica, uma vez que o dono da agroindústria paga o imposto referente ao valor da nota. Quanto às notas de modelo de produtor rural, essas podem ser utilizadas para a venda de produto artesanal, mas com limitações nas quantidades, onde todos os produtos podem ser comercializados, até cachaça artesanal.

Ao mencionar se surgiram problemas para constituir a cooperativa, este afirma que “[...] se teve problema que a questão que se foi criado o CNPJ para cada agroindústria [...]”, o presidente da cooperativa comenta ainda que os agricultores não estavam cientes para as conseqüências que poderiam ter adiante na questão do custo que isso iria causar, sendo que cada agroindústria passaria a ser uma microempresa, originando uma contabilidade para cada estabelecimento, não tornando-se viável, prejudicando o agricultar na questão do INSS.

¹⁸ Neste contexto, destaca-se, na região do Alto Uruguai, a articulação política para a estruturação do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), para acessoria “na questão da agricultura”. O CETAP foi criado, em 1986, por organizações não governamentais (ONG’s), universidades regionais e pela igreja, assemelhando-se a uma organização de acompanhamento aos agricultores que a Igreja Evangélica já mantinha: o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (CAPA). Desde o início do CETAP o grande objetivo foi produzir “tecnologias alternativas” adaptadas à “pequena agricultura” visando construir um modelo de agricultura com menores impactos ambientais e não dependendo de insumos externos. (PICOLOTTO, 2006, p. 77).

Nos dias de hoje a representação da cooperativa em relação ao desenvolvimento das agroindústrias é a agregação de valor e marca do produto, sendo reconhecida nacionalmente tendo um poder muito grande em Brasília, pois essa é uma cooperativa para a produção de alimentos, ressalta o entrevistado.

A cooperativa, no entanto, no âmbito familiar foi visualizada como uma alternativa e hoje é vista como uma potencialidade, pois “[...] é ela que ta mantendo, é o caminho que tem que ser seguido e tem que ser ampliada [...]”. Ao questionar sobre qual motivo levou os agricultores a seguirem essa alternativa para se construir a cooperativa, o entrevistado ressalta:

[...] Na verdade aquela época como se tinha as agroindústrias montadas ai você sabe que não adianta você só te as agroindústrias e te produto e não te como vende, não te uma marca né, ai comecemos a se encontrar pra criar uma marca pra você consegui vende, se junta pra vende pra fora na verdade, aí foi em 2004 pra 2005 se formou daí esse grupo que já tava com as agroindústrias e se criou a dita COOPERAC, que logo em seguida veio daí a marca VITA COLÔNIA e tá aí até hoje [...].

Ao questionar a diversidade de produtos produzidos pelas agroindústrias associadas à cooperativa, colabora dizendo que estas produzem; “[...] queijo, salame, açúcar mascavo, cachaça, licores, hortigranjeiros, padaria diversificada e sucos, onde todos são comercializados pela cooperativa através de sua cede que está localizada em um quiosque no centro da cidade do município [...]”. Em se tratando de formalidade destes produtos, argumenta que o SIM é o responsável, sendo legalizado e fiscalizado por este órgão.

Quanto ao estatuto e as normas da cooperativa, essa apresenta direitos e deveres para com seus sócios e respectivamente para o seu funcionamento, cumprindo o que a lei revigora segundo seus artigos. Em se tratando da negociação da cooperativa em relação ao que acontece com a montante¹⁹ “antes da porteira”, ressalta que é adquirida pouca coisa, e quando acontecem essas compras o pagamento se faz por meio de boleto bancário ou a vista, sendo que, a cooperativa não absorve lucro em cima destas compras, é praticamente feito uma troca, o agricultor vai pagar por aquilo que a cooperativa pagou, a única vantagem é que a cooperativa consegue baixar custo para o produtor. Ao questionar a forma de como acontece o fornecimento dos produtos e equipamentos para os associados, este nos repassa que somente através da cooperativa é feito o termo de repasse e a transação de produtos, anteriormente era a prefeitura que intermediava diretamente com os produtores.

¹⁹ Montante: “Antes da Porteira” - Empresas de máquinas, implementos, insumos e serviços, segmentos localizados a montante da propriedade rural, a oferecer tudo o que é necessário para a exploração da propriedade familiar, reunidas num mesmo setor. . (SILVÉRIO, 2007).

Quanto à negociação da cooperativa no caso, o que acontece com a jusante²⁰, ou seja, “depois da porteira” o entrevistado enfatiza dizendo que em primeiro momento ocorre à venda dos produtos na sede da cooperativa, onde encontra-se o quiosque com todos os produtos das agroindústrias, ocorre ainda a venda nas feiras onde a cooperativa faz toda a parte burocrática, como pedidos, inscrição das agroindústrias, contrata o transporte e o pessoal pra ir fazer a venda, enfim, arca com todas as despesas.

Ao perguntar se a cooperativa faz negociação direta com mercados locais e regionais, este responde “[...] que teria, mas não se faz porque a própria legislação não permite [...]” conta ainda que já foi procurado por redes de supermercados de grande nome, e ao perceber o selo e rótulo estes não compram pois é fiscalizado somente pelo SIM. Comenta ainda que os produtos comercializados pela cooperativa somente são beneficiados pelos próprios produtores.

A distribuição dos produtos das agroindústrias no município é feita de forma individual, sendo que a cooperativa não exerce o papel dela, sendo diagnosticada mais sua intervenção quando a venda se dá em eventos. O controle das vendas de produtos pela cooperativa é feito pelo presidente da mesma, onde através de suas atribuições o mesmo afirma o seguinte:

Eu arrecado os produtos na casa das agroindústrias, faz uma anotação, vai pra fera, volta, que, que eu faço, se eu vendi um preço lá em cima eu pago todo o custo que teve na saída pra lá e volta, ai vou racha o lucro com as agroindústrias uma parte fica para a cooperativa mais outro tanto por cento deste lucro vai agregar valor em cima dos produtos das agroindústrias²¹.

Na atualidade os sócios da cooperativa estão isentos de custos para vender seus produtos, tanto no quiosque como nas feiras. Por fim, constata-se que a cooperativa é livre de aluguel, sendo que o estabelecimento foi doado, as despesas de manutenção direta da cooperativa é um funcionário atendente direto, em todos os dias da semana, água, luz, telefone combustível para veículo e imposto e manutenção do mesmo, sendo pagos com os lucros da cooperativa. Percebe-se também que a cooperativa mantém vínculo direto com uma empresa que oferece embalagens e outros produtos para as agroindústrias.

²⁰ Jusante: “Depois da Porteira” - Diversas empresas, reunidas, voltadas ao armazenamento, processamento, embalagem e distribuição de produtos produzidos na propriedade familiar, atividades que agregam valor a esses produtos, segmentos localizados a jusante da propriedade. (SILVÉRIO, 2007).

²¹ Entrevista concedida pelo presidente da COOPERAC ao autor da obra em janeiro de 2011.

6 CONCLUSÃO.

A agricultura familiar no município em estudo se encontra com uma boa capacidade na questão do desenvolvimento de agroindústrias familiares. Essas são estratégias fundamentais que vieram proporcionar viabilidade econômica, bem como, valorizar as famílias socialmente, desta forma, assegurando a permanência de famílias no meio rural.

Cabe ressaltar que as intervenções das instituições e organizações locais, foi de caráter fundamental para o processo de construção e estruturação das agroindústrias que se encontram no local. Além disso, o crédito rural voltado para a agricultura familiar trouxe viabilidade para a construção destas agroindústrias, apesar das limitações que alguns produtores apresentaram.

Neste sentido, focou-se como proposta central um estudo das limitações e potencialidades da agroindústria Lazzaretti/Picolotto. Nesta ocasião, abordou-se uma trajetória seguindo roteiros dos objetivos da pesquisa, portanto, essa demonstrou descrever, caracterizar e identificar como se encontra a funcionalidade de trabalho e comercialização da agroindústria, também se identificou as influências que o ambiente institucional e organizacional oferece para o seu desenvolvimento, sendo que, os resultados alcançados foram adquiridos com o envolvimento entre o pesquisador e integrantes da agroindústria, cooperativa das agroindústrias e secretaria de agricultura municipal.

Neste trabalho foi possível identificar que a agroindústria familiar dentro de suas especificidades de trabalho, apresenta limitações que impõe diminuição da produção e sucessivamente restrições que a legislação oferece como é o caso da comercialização destes produtos para fora do município, sendo fator que mais preocupa e diminui o acesso dos produtos para outras regiões.

Diante do estudo realizado na agroindústria Lazzaretti/Picolotto, juntamente com dados obtidos com prefeitura municipal e cooperativa das agroindústrias do município de Constantina, observou-se que não somente a agroindústria estudada apresenta pontos negativos em relação ao seu desenvolvimento. Por sua vez em âmbito geral verificou-se dificuldades tanto de produção, de comercialização, de infraestruturas e sobretudo na legislação por órgãos superiores em todas as agroindústrias. Neste sentido, um exemplo seria a formalização do (SUASA) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

No que se trata a agroindústria Lazzaretti/Picolotto, identificamos como potencialidade, a forma de trabalho, onde percebe-se o envolvimento de famílias, ou seja, desenvolvem as atividades em parceria identificando assim, o processo associativo. Outro

ponto que potencializa o setor é o “saber fazer”, onde verificou-se que os agricultores trazem consigo os métodos de produção de seus antepassados, desta forma ocorrendo uma ótima qualidade do produto artesanal, outra potencialidade da atualidade é o selo, o rótulo a marca da cooperativa local “VITA COLÔNIA”, e o SIM Sistema de Inspeção Municipal, onde este comprova que os produtos da agroindústria familiar local são fiscalizados, oferecendo-lhe uma condição destacada no reconhecimento dos produtos, por fim, nota-se a presença da reutilização dos resíduos, onde este serve para adubo, inclusive para a própria produção da matéria-prima.

No que se refere às limitações na agroindústria, podemos ver nitidamente pelos relatos de todos os entrevistados, que a maior limitação na atualidade é a questão da legislação, sendo um entrave na questão da comercialização de seus produtos para outras regiões, estes juntamente com a cooperativa e poder público municipal estão ansiosos por uma legislação ou inspeção estadual ou federal, que impõe condições de trabalhar dentro da formalidade. Outros fatores que limitam a produção na agroindústria são: a) o aumento na produção de matéria-prima, b) o local onde se encontra as infraestruturas da agroindústria, que está bem próxima a um riacho, c) outra limitação é a disponibilidade de lenha para o funcionamento da caldeira a vapor, onde os produtores compram parte da madeira consumida, d) outro fator que limita é a demanda de mão-de-obra na safra, obrigando neste caso a contratação de mão-de-obra de fora, aumentando os custos para os produtores. No entanto, foram estes os principais pontos que limitam a produção e o desenvolvimento da agroindústria estudada.

A agroindústria está se desenvolvendo através de sua organização e pela ajuda que recebe do ambiente institucional que está inserida, no entanto, visualizou-se vários desafios que ainda precisam ser ajustados por parte da agroindústria, citam-se exemplos como: disponibilidade de matéria-prima, mão-de-obra, infraestruturas e a questão da lenha consumida no local, identificou-se que o grande limitante é a legislação, pois neste caso, ocorre a produção não ganhando espaço de comercialização, prejudicando assim a agroindústria. Na atualidade, trabalham na informalidade vendendo seus produtos de “porta em porta”, ocorrendo riscos de serem multados e perderem parte dos produtos que estão vendendo.

Sob o olhar crítico do avanço de agroindústrias no município de Constantina, observou-se que o sistema agroindustrial representado pela agricultura familiar é sem dúvida uma das alternativas que mais se identifica para o desenvolvimento rural. Portanto, cabe aos órgãos municipais, estaduais e federais assumirem métodos eficientes que supram a carência que o setor apresenta, oportunizando assim condições de escoamento “comercialização” e

perspectivas de inclusão junto à concorrência de produção de alimentos oferecidos pelos sistemas agroindustriais de grande porte.

Por fim, considera-se que seria interessante uma pesquisa que abordasse um estudo amplo a respeito das agroindústrias localizadas no município de Contantina/RS, onde poderiam ser aprofundados todos os aspectos que foram diagnosticados através desta obra, assim identificando quais as limitações e as potencialidades que outras agroindústrias apresentam. Ainda seria relevante uma análise, a respeito de como a legislação neste setor está se articulando para poder auxiliar e propiciar formas dinâmicas e econômicas para a inclusão da produção agroindustrial familiar em novos mercados.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em Extensão Rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/me002578.pdf> Acesso em: 16 de Maio de 2011.

APOLO11. **Latitude e Longitude das Cidades Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.apolo11.com/latlon.php?uf=rs&cityid=3998>>. Acesso em: Janeiro de 2011.

AROEIRA, L. J. M; FERNANDES, E. N. **Produção Orgânica de Leite como Alternativa para a Produção Familiar**. 2002. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/TrabAroeira.htm>>. Acesso em: 2 de Novembro de 2010.

BITENCOURT, M. B; SATOLANI, M. F; CORRÊA, C. C. **Análise do Ambiente Institucional e Organizacional da Piscicultura no Estado de Mato Grosso do Sul**. 2008. Sober XLVI Congresso Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/87.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2010.

BRUNDANI, A. R; SASSAKI, A. H. **Formação de Estratégia na Visão da Teoria Institucional**: críticas ao modelo. 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1414/1351>>. Acesso em: 18 de Novembro de 2010.

CONTERATO, M. A. **Desenvolvimento Regional e Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul**: diversidade e diferenciação em perspectiva comparada. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m16t01.pdf>>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2011.

COREDE. **Conselho Regional de Desenvolvimento Rio da Várzea**. 2010. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/MAPAS_A4_RiodaVarzea1.pdf>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2011.

DAL SOGLIO, F. KUBO, R. R. **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DI DOMENICO, N. **Relatório de Estágio Realizado na Agroindústria Lazzaretti/Picolotto**. Constantina/RS. 2010.

FETRAF-SUL/CUT. **Agricultura Familiar Desenvolvimento Sustentável e Solidário**. Unidade II Projeto Terra Solidária, 2006. Coordenador Geral. Altemir Tortelli.

FETRAF-SUL/CUT. **Agricultura Familiar Organização da Produção**. Unidade IV Projeto Terra Solidária, 2006. Coordenador Geral. Altemir Tortelli.

FROEHLICH, J. M; DIESEL, V. **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2006.

GAZOLLA, M; PELEGRINI, G; CADONÁ, L. A. **A Produção de Novidades nas Agroindústrias Familiares**. 5º Encontro de Economia Gaúcha, 27 a 28 de maio de 2010. Disponível em:
<www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/11.doc>. Acesso em: 29 de Dezembro de 2010.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE. **Instituto de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Janeiro de 2011.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Novíssimo Retrato da Agricultura Familiar. 2010. Disponível em:
<http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13233:novissimo-retrato-da-agricultura-familiar&catid=321:incra-na-midia&Itemid=305>. Acesso: em 11 de Novembro de 2010.

LUTZENBERGER, J. A. **O Absurdo da Agricultura**. 2009. Disponível em: <<http://domatoaoprato.blogspot.com/2009/02/o-absurdo-da-agricultura-j-lutzenberger.html>>.

Acesso em: 30 de Maio de 2011.

MENEGETTI, G. A. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. 2008.

Disponível em:

<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/666/DESENVOLVIMENTO_SUSTENTABILIDADE_E_AGRICULTURA_FAMILIAR.htm>. Acesso em: 2 de Novembro de 2010.

MIDDLEJ, M. M. B. C. **Universidade e Região: Territorialidade da Universidade Estadual de**

Santa Cruz – UESC. 2004. Disponível em: <

http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=64>. Acesso em: 11

de Maio de 2011.

MIELE, M; WAQUIL, P. D; SCHULTZ, G. **Cadeias Produtivas e Sistemas Agroindustriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. No prelo.

MIELE, M; WAQUIL, P. D; SCHULTZ, G. **Organização Industrial**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. No prelo.

MIOR, L. C. **Trajetórias das Agroindústrias Familiares Rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil)**. 2008. Disponível em:

<<http://infoagro.net/shared/docs/a5/Trajet%C3%B3rias%20das%20Agroind%C3%BAstrias%20Familiares%20Rurais%20-%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 06 de Novembro de 2010.

NARVAES, I. da S; BRENA, D. A; LONGHI, S. J. **Estrutura da Regeneração Natural em Floresta Ombrófila Mista na Floresta Nacional de São Francisco de Paula, RS**. 2005.

Ciência Florestal, Santa Maria, v. 15, n. 4, p. 331-342. Disponível em: <

<http://www.ufsm.br/cienciaflorestal/artigos/v15n4/A1V15N4.pdf>>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2011.

PERES, P. C; RAMOS, V. G; WIZNIEWSKY, C. R. F. **A Produção de Derivados da Cana-de-açúcar como Alternativa para a Agricultura Familiar: estudo de caso na agroindústria familiar rural Lazzaretti e Picolotto – Constantina/RS**. XIX Encontro Nacional de Geografia

Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-19. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Peres_PC.pdf>. Acesso em: 30 de Novembro de 2010.

PELEGRINI, G; GAZOLLA, M. **A Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul: Limites e Potencialidades a Sua Representação Social**. Frederico Westphalen/RS: Ed. da URI, 2008.

PICOLOTTO, E. L. **“Sem Medo de ser Feliz na Agricultura Familiar”**: O Caso do Movimento de Agricultores em Constantina-RS. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2008-01-18T172453Z-1257/Publico/EVERTON%20PICOLOTTO.pdf>. Acesso em: 30 de Novembro de 2010.

PRETTO, J. M. **Inserção em Mercados Agroindustriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. No prelo.

RÉVILLION, J. P. **Restrições e Alternativas para o Desenvolvimento da Agroindústria Familiar no RS**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. No prelo.

RÉVILLION, J. P. **Inovação e Diferenciação de Produtos Agroindustriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. No prelo.

RÉVILLION, J. P. **Componentes Gerais da Legislação Relativa a Processamento e Certificação de Produtos de Origem Animal e Vegetal**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. No prelo.

RIBEIRO, F. J. **Fiscalização da Coleta do Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado**: estudo de caso da “operação óleo queimado” em Sarandi-Pr. Disponível em: <http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/meio_ambiente_e_recursos_hidricos/fiscalizacao_da_coleta_do_oleo_lubrificante_usado_ou_contaminado.pdf>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2011.

ROSINA, L. *et al.* **Governança em Sistemas Agroindustriais**: complementaridades entre a economia dos custos de transação e a teoria econômica das convenções. XLV congresso da

Sober, “conhecimento para a agricultura do futuro” 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/381.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2010.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHULTZ, G. **As Cadeias Produtivas dos Alimentos Orgânicos Comercializados na Feira da Agricultura Ecológica em Porto Alegre/RS: lógica de produção e/ou de distribuição**. 2001. 192f. Tese (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVA, C. A. B. da; BATALHA, M. O. **Competitividade em Sistemas Agroindustriais: metodologia e estudo de caso**. II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares – PENZA/FEA/USP Ribeirão Preto 1999. Disponível em: <<http://ceragro.iica.int/obsevatorio/Lists/OUTRAS%20METODOLOGIAS%20DE%20ACOMPANHAMENTO%20DE%20CADEIAS%20P/Attachments/5/Competitividade%20em%20Sistemas%20Agroindustriais%20-%20Metodologia%20e%20Estudo%20de%20Caso.pdf>>. Acesso em: 19 de Novembro de 2010.

SILVÉRIO, L. **Instituto de Zootecnia**. 2007. Disponível em: <<http://www.iz.sp.gov.br/noticia.php?id=163>>. Acesso em: 28 de Janeiro de 2011.

SOUZA, A. P. de O; ALCÂNTARA, R. L. C. **Inserção da Pequena Agricultura Familiar no Mercado de Nichos: o caso da AGRECO no Estado de Santa Catarina- BR**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O441.pdf>>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2011.

SULZBACHER, A. W. **Entre a Arte e a Técnica: o dilema social nas agroindústrias familiares rurais no município de Constantina/RS**. 2009. Santa Maria/RS. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/files/_Sulzbacher_Entre.pdf>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2011.

SULZBACHER, A. W. **Agroindústria Familiar Rural**: caminhos para estimar impactos sociais. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-25. Disponível em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sulzbacher_AW.pdf>. Acesso em: 09 de Novembro de 2010.

TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo/RS: Ed. da UPF, 3. ed. 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual DA ANPOCS. Caxambu, MG: ANPOCS, 1996. Disponível em <http://www.agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF%27S/AA_selecao/2011/Wanderley%201996.pdf>. Acesso em 04 de Março de 2011.

WESZ JUNIOR, V. J. **Agroindústria Familiar**: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? Mundo agr. v.9 n.18 La Plata ene./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/magr/v9n18/v9n18a02.pdf>>. Acesso em: 08 de Novembro de 2010.

WESZ JUNIOR, V. J; TRENTIN, I. C. L; FILIPPI, E. E. **Os Reflexos das Agroindústrias Familiares para o Desenvolvimento das Áreas Rurais no Brasil**. Disponível em:<<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/588.pdf>>. Acesso em: 09 de Novembro de 2010.

ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.

APÊNDICE

Apêndice - 1 Roteiro de entrevista com agricultores da agroindústria Lazzaretti/Picolotto no município de Constantina/RS.

1. Dados pessoais e da propriedade

Nome: [A. L]

Idade: 36

Estado Civil: Casado

Escolarização: Ensino fundamental.

Número de membros na família: Cinco

Atividades agrícolas: Atividade leiteira, cultivo de grãos milho e feijão e agroindústria.

Tamanho da propriedade: 12,5 hectares

Local da propriedade: Linha Savaris, município de Constantina R/S.

Principais atividades geradoras de receita: leite, agroindústria e aposentadoria dos pais.

2. Questões iniciais

1. Qual o histórico da agroindústria?
2. Quando iniciou as atividades de produção desta agroindústria?
3. Como deu-se a formação da agroindústria?
4. Como era a forma de produção?
5. O que vendiam anteriormente a constituição da agroindústria?
6. Era viável aquele método de produção?
7. Quem motivou essa alternativa associativa para construção da agroindústria?

3. Caracterização da agroindústria Lazzaretti/Picolotto no município de Constantina.

1. As propriedades estão se viabilizando economicamente e socialmente com essa forma de trabalho desde sua formação até os dias atuais?
2. A agroindústria desfruta de tecnologias e de infra-estruturas apropriadas para o beneficiamento de seus produtos?

3. Quais são as máquinas e equipamentos necessários para desenvolver as atividades dentro da agroindústria?
4. O que levou vocês a tomarem essa posição, para poder fixar-se no meio rural, já que o modelo de trabalho que realizavam anteriormente não trazia condições de permanência no meio rural?

4. Caracterização do sistema de produção.

1. Qual a forma de trabalho, o uso da mão-de-obra é familiar ou não?
2. Essa mão e obra é suficiente ou contratam mais pessoas de fora?
3. A agroindústria precisa contratar trabalhadores de fora durante a safra? Quantos?
4. Quanto tempo dura a safra ou a colheita da cana-de-açúcar?
5. Quantas pessoas estão envolvidas no trabalho durante a safra?
6. Utilizam uso de tração mecanizada ou de tração animal na propriedade?
7. Qual a área utilizada para cada sócio para o cultivo da cana-de-açúcar?
8. Qual o total em hectares de cana no atual momento dentro na agroindústria?
9. A matéria-prima é suficiente ou compram de terceiros?
10. Quando iniciam e terminam as atividades no processamento?
11. Como são divididas as atividades?
12. Como é a fase ou o processo de produção da cachaça e do açúcar?

5. Caracterização do sistema de comercialização.

1. Quais as formas de comercialização dos produtos (feiras supermercados, bares ou outros)?
2. Estes produtos contem alguma marca ou selo de identificação?
3. Na questão da comercialização, existe a ocorrência na busca de produtos diretamente na agroindústria por pessoas interessadas?
4. Através de que veículo é feita a comercialização?
5. Que é responsável pelas vendas na agroindústria?
6. Quantas vezes por semana se deslocam para comercializar seus produtos?
7. Os produtos são comercializados durante todo o ano ou as vendas são concentradas em determinados períodos?
8. A cooperativa das agroindústrias do município influência na venda de parte dos produtos desta agroindústria?

9. Quais as dificuldades encontradas na comercialização dos produtos?
10. Como são estabelecidos ou formados os preços dos produtos destinados à comercialização?

6. Quantidade de matéria-prima produzida em hectares, produção comercializada, e renda líquida por família.

1. Qual a produção estimada de cana-de-açúcar por hectare dentro das propriedades?
2. Quanta garapa é produzida em uma tonelada de cana, e quantos litros de cachaça podem ser extraídos dessa quantia?
3. Qual foi a produção de cachaça e açúcar mascavo em relação ao ano de 2009 e 2010?
4. Quais os preços médios recebidos pelos produtos?
5. Além da cachaça e do açúcar mascavo se produz outros produtos na agroindústria, que derivados são extraídos da cana-de-açúcar?
6. A agroindústria consegue armazenar seus produtos de um ano para outro para que ocorra um envelhecimento principalmente da cachaça?
7. Qual a renda mensal com as vendas dos produtos da agroindústria?
8. Existem despesas dentro da agroindústria e quais são elas?

7. Outros fatores importantes a serem considerados dentro da agroindústria Lazzaretti/Picolotto.

1. As famílias envolvidas com a agroindústria ocupam seu tempo exclusivamente com estas atividades ou possuem outras?
2. Como vocês percebem essa modalidade de trabalho como negócio na atualidade?
3. O que vocês têm a dizer a respeito da legislação ambiental e sanitária no que diz respeito ao funcionamento da agroindústria?
4. Quais os órgãos responsáveis pela fiscalização sanitária e ambiental no que se refere à agroindústria e para as demais do município?
5. O que fazem com os dejetos ou resíduos da agroindústria?
6. O que esperam e qual é a preocupação em relação à legislação de seus produtos?

4. Descrição das formas de coordenação e gerenciamento da agroindústria Lazzaretti/Picolotto.

Informações da agroindústria e fluxos financeiros e fixos.

1. Como é realizada a distribuição dos produtos locais de entrega e frequência?
2. Como é realizado o armazenamento e o transporte dos produtos destinados para comercialização?
3. Como é realizado o planejamento para atendimento das demandas (previsão das vendas)?
4. Como acontece a negociação com fornecedores de insumos máquinas e equipamentos?
5. Possui algum tipo de contrato com os fornecedores?
6. Quais as formas e controles dos pagamentos dos fornecedores?
7. Qual a forma de comunicação com os fornecedores (telefone, e-mail, pessoalmente)?

5. Descrição do quadro institucional e organizacional em que está inserida a agroindústria Lazzaretti/Picolotto.

1. Qual a forma utilizada para garantir a qualidade da produção (certificação, credibilidade local ou inserção em organização social)?
2. A produção das agroindústrias é certificada, e qual o órgão de fiscalização?
3. Quais os custos para certificação dos produtos?
4. Qual a sua participação em atividades sociais (igrejas, partidos políticos, clubes, movimentos, sindicatos)?
5. Os vínculos externos, da questão anterior, possuem relação com a atividade produtiva? Qual?
6. Os vínculos externos são anteriores ao início da produção na agroindústria ou iniciaram com essa nova atividade na propriedade?
7. Quem apóia o trabalho na agroindústria hoje? O que acha desse apoio?
8. Ocorre a intervenção e ajuda da prefeitura e cooperativas para dar assistência técnica para a determinada cultura e para o beneficiamento da produção?
9. Quais as políticas públicas que existem para a atividade que vocês desenvolvem?
10. Participam de algum espaço de formulação e controle de políticas públicas (Conselhos, fóruns, câmaras técnicas, etc.)? Quais? Obtiveram avanços?
11. A cooperativa das agroindústrias COOPERAC exerce que papel perante as agroindústrias?
12. Acessa algum tipo de crédito (investimento ou custeio)? Qual?

13. Já realizaram cursos relacionados à atividade que vocês desenvolvem?
14. O que mudou com a introdução da agroindústria?
15. Qual a diferença entre o seu trabalho na atualidade com a agroindústria e a agricultura, que praticavam anteriormente?
16. Com essa forma de trabalho as famílias envolvidas com essa agroindústria, passaram a ter condições no melhoramento de suas infra-estruturas, no melhoramento de renda e poder aquisitivo dentro de suas propriedades.

Questões finais:

1. Quais os principais objetivos e metas para os próximos anos, com relação à produção na forma de agroindustrialização de derivados de cana de açúcar?

Apêndice - 2 Roteiro de entrevista com prefeitura municipal do município de Constantina/RS.

1. Quais foram às entidades do município que deram contrapartida para a formação das agroindústrias no município?
2. Além destas entidades teve o apoio de outra instituição, organização ou política pública específica?
3. Na atualidade a secretaria da agricultura desempenha que papel perante as agroindústrias?
4. Quanto à organização das agroindústrias e da cooperativa, o STR, a COOPAC, (Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina), e a FETRAF-SUL, manteve algum vínculo para o seu surgimento?
5. Qual a política pública que mais se identifica ou que da ajuda para o fortalecimento das agroindústrias e da cooperativa?
6. Quais são os tipos de assistência, e que trabalhos são desenvolvidos para o fortalecimento das agroindústrias do município?
7. Como é feito a fiscalização pelo SIM nas agroindústrias?
8. No município existem agroindústrias que são fiscalizadas por outros órgãos além do SIM?
9. Na atualidade, além da prefeitura municipal, quem da suporte para o crescimento das agroindústrias no município?
10. Que influências estas instituições repassam para a cooperativa e sucessivamente para as agroindústrias?
11. Como foi constituída a cooperativa das agroindústrias do município?
12. Qual a primeira agroindústria que se instalou no município. Qual foi o ano?
13. Na época essa agroindústria tinha apoio de alguma organização, política ou outro órgão do estado?
14. A partir de que ano as agroindústrias tiveram intensificação no processo de agroindustrialização?
15. Qual foi o ano de fundação da COOPERAC, quantas agroindústrias existiam na época?
16. Em qual experiência foi baseada a fundação da COOPERAC?
17. Quem fez a assessoria para a elaboração dos estatutos e a organização dos rótulos e qualificação da gestão?
18. Em que ano a cooperativa participa na EXPOINTER?
19. Quem promovia os cursos de capacitação na época e nos dias atuais?
20. Em que ano a cooperativa contratou a empresa de marketing?

21. Qual foi o ano de lançamento da marca?
22. A partir de que ano surgem mais agroindústrias no município?
23. A secretaria estadual da saúde fiscaliza produtos das agroindústrias?

Apêndice - 3 Roteiro de entrevista com cooperativa das agroindústrias do município de Constantina/RS. (COOPERAC).

1. Questões iniciais.

1. Como foi constituída a cooperativa das agroindústrias do município?
2. Quais eram as atividades profissionais exercidas pelos participantes ou agricultores antes da cooperativa?
3. Como os participantes consideram a sua atual situação socioeconômica em relação à realidade anterior?
4. No âmbito familiar como a cooperativa é visualizada? Alternativa, potencialidade ou oportunidade já concretizada e com reflexo na dinâmica cotidiana?
5. O que levou os agricultores a tomarem essa decisão para a construção da cooperativa?
6. Quais as entidades que mais deram apoio para a constituição da mesma?
7. Qual o ano da instalação da cooperativa?
8. Tiveram experiências de outras cooperativas para dar início a construção desta?
9. Tiveram problemas referentes à constituição da cooperativa?
10. Qual é a representação da cooperativa em relação ao desenvolvimento das agroindústrias?
11. Quais os produtos produzidos pelas agroindústrias? Todos são comercializados pela cooperativa?
12. Os produtos das agroindústrias estão na formalidade contando com licença e certificação?
13. Quantas agroindústrias estão afiliadas a COOPERAC?
14. Todas as agroindústrias mantêm vínculo com a cooperativa?

2. Descrição das formas de coordenação e gerenciamento da cooperativa.

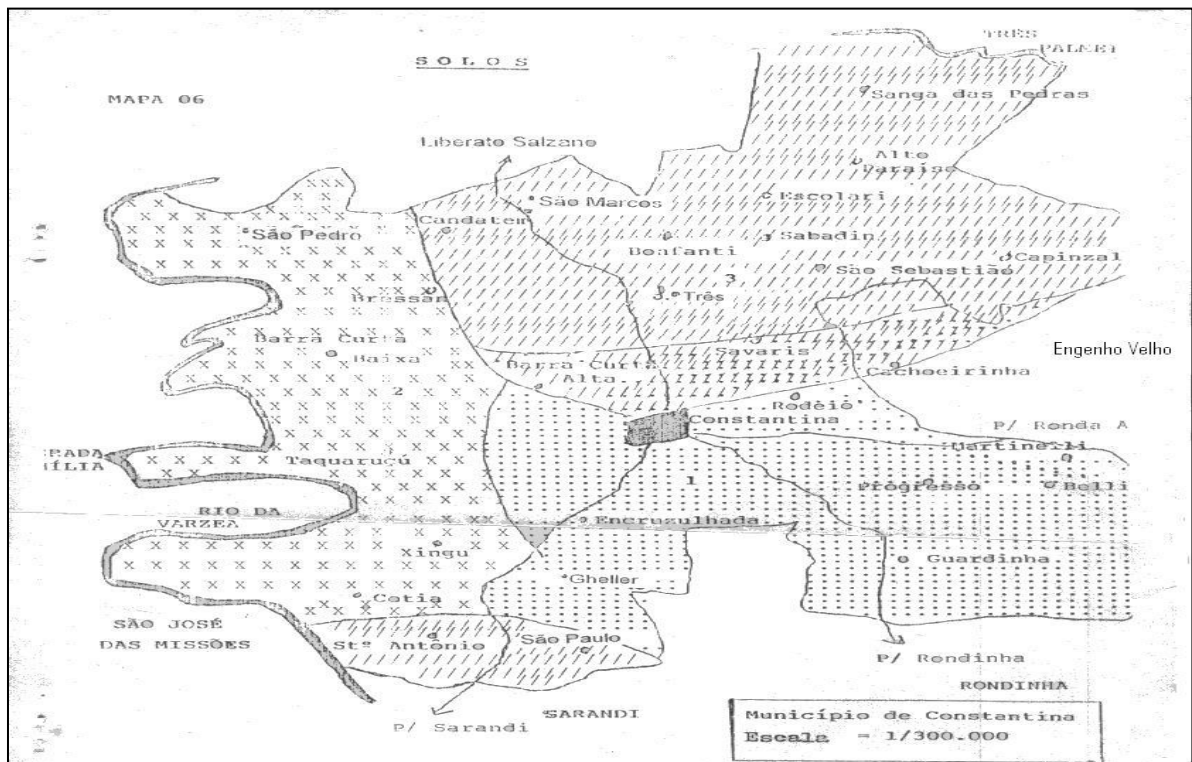
1. Qual é o estatuto ou as normas da cooperativa perante as agroindústrias?
2. A cooperativa possui alguma regra em relação a contratos formais ou informais com outras empresas ou entidades na compra e venda de produtos e insumos?
3. A cooperativa faz sua negociação de que forma em relação ao que acontece antes da porteira “montante”? Como acontece o fornecimento das embalagens, equipamentos e fertilizantes e os produtos necessários para donos das agroindústrias produzirem, a cooperativa exerce algum vínculo?

4. De que forma é feita a negociação depois da porteira “a jusante” onde é localizada a venda dos produtos? Como é feito o transporte, quem escora com os gastos de transporte? O beneficiamento é feito somente pelos produtores? Onde está localizado os consumidores finais?
5. Como é realizada a distribuição dos produtos das agroindústrias pela COOPERAC no município?
6. Quais os locais que essa cooperativa oferece para a comercialização dos produtos?
7. Como é feito o controle da venda dos produtos?
8. Existe algum custo para o produtor poder vender seus produtos na cooperativa?
9. A cooperativa oferece mais benefícios além da ajuda na comercialização?
10. O estabelecimento que se situa a cooperativa é livre de aluguel? Quais as despesas de manutenção direta da cooperativa?
11. A cooperativa mantém vínculo na questão da compra de embalagens e outros produtos para as agroindústrias?

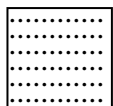
3. Descrição do quadro institucional e organizacional da cooperativa COOPERAC no município de Constantina.

1. A cooperativa se beneficia de apoios institucionais (leis, regras, selos e normas) para seu fortalecimento? Quais?
2. Ocorrem intervenções das entidades locais para sua fixação e fortalecimento?
3. Existem políticas específicas direcionadas a essa cooperativa no fortalecimento das agroindústrias?
4. Existe vínculo com empresas de marketing para a divulgação dos produtos?

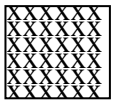
Apêndice – 4 Mapa do município de Constantina identificando as comunidades e a característica dos solos.



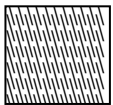
Fonte: Prefeitura Municipal de Constantina/RS, (2010).



Solos argilosos, profundos e ácidos com baixos teores de matéria orgânica. Solos adaptados para o plantio de monoculturas.



Solos argilosos e ondulados, fertilidade natural média, com pouca profundidade e suscetível a erosão, também utilizado para plantio de monoculturas.



Solos fortemente ondulados e montanhosos, com afloramento de rochas e altamente suscetível a erosão, local onde se encontra uma maior diversidade de produção pela agricultura familiar.

ANEXOS

Anexo – 1 Logomarca da cooperativa das agroindústrias do município de Constantina/RS.

